

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM.**-----

----- **ATA NÚMERO CENTO E TRINTA E NOVE**-----

----- Aos dezasseis dias do mês de março de dois mil e vinte e um, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, em Sessão Extraordinária, reunião sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, na sua redação atual, regista-se que a presente reunião foi realizada por via telemática, através da plataforma “Teams”. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais.-----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José Inácio da Silva Ramos Antunes de Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo

Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Maria João Bernardino Correia, João Carlos de Sousa Pereira, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Rosa Maria Carvalho da Silva, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Susana Maria da Costa Guimarães, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Diana Bechet Vale, Carlos Manuel Guilherme Lage Teixeira e Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães. -----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia. -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva. -----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita. -----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Diana Bechet Vale.-----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista.-----

----- Ana Margarida Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos de Sousa Pereira. -----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz. -----

----- Patricia Carla Serrano Gonçalves (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Carlos Teixeira.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente João Paulo Saraiva, pelo Senhor Vereador Miguel Gaspar.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno Rocha Correia, João Pedro de Abreu Costa e Ana Rita Costenla. -----

----- Às quinze horas e quatro minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos começar a Sessão, Senhores Deputados, público, jornalistas, vamos começar a octogésima sexta sessão extraordinária da Assembleia Municipal, que é a centésima trigésima nona, portanto, vamos começar, primeiro temos a intervenção do público, está inscrita a Senhora Adelina Silva, que vai intervir por videoconferência a partir de casa, Senhora Adelina Silva, faça favor tem a palavra.”-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agora neste período dedicado ao Público será a primeira a Senhora Adelina Silva que nos traz um assunto de habitação. A Senhora Adelina Silva, já sabe que tem três minutos, faça o favor.-----

----- **A Muniçipe, Senhora Adelina Silva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“Bom tarde o meu nome é Adelina Silva, sou moradora da Freguesia de São Vicente e morava na Quinta do Ferro.-----

----- Neste momento eu fui a uma reunião no dia 30 de setembro e fui propor o meu problema à Vereadora Paula Marques, a dizer que estava com uma ordem de despejo e que a minha casa estava com muita humidade e sujeita a ruir.-----

----- A Doutora Paula Marques mandou ir lá a minha casa, vários fiscais e verificaram que realmente a minha casa não estava em condições para viver e tiraram-me da minha habitação, agradeço porque eu estava como ordem em despejo, estou desempregada e não tenho como pagar uma renda de casa, só que há 5 meses que eu estou num espaço da Proteção Civil aqui na zona de Chelas, na Quinta do Ourives, e a Doutora não dá a solução de uma habitação.-----

----- Eu tenho que estar à espera de uma pontuação para ter uma casa? Onde eu estou num provisório da Proteção Civil?-----

----- É isso que eu peço que me ajudem a sair daqui, eu preciso de uma casa para viver! Porque acho que não tem lógica ainda ter de esperar que venha uma pontuação para ter uma casa, eu não estou com uma habitação, isto é um espaço provisório de Proteção Civil, e com problemas de humidade, infiltrações, os canos entupidos.-----

----- A Doutora que está a tomar conta deste espaço sabe perfeitamente que isto não é um espaço para viver, é um espaço sim provisório! Eu conheço tanto a casa fechada, eu acho que tenho o direito a ter uma habitação. Muito obrigado por me terem ouvido.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Adelina Silva, naturalmente iremos comunicar à Câmara e depois daremos conta da resposta.-----

----- O Senhor Paulo Deus, da Tapada das Necessidades também, vem falar sobre a tapada das Necessidades e, portanto, intervirá a partir de casa.-----  
----- Senhor Paulo Deus faz favor, tem a palavra.” -----  
----- **O Município, Senhor Paulo Deus**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:--  
----- “Estimadas e estimados representantes democráticos, vimos solicitar, eu como porta-voz do de um grupo de amigos da Tapada das Necessidades, vimos solicitar um debate público aprofundado sobre o Projeto de Requalificação para a concessão e exploração do conjunto de edifícios existentes na Tapada das Necessidades. -----  
----- No âmbito do seu contexto histórico-cultural e da atual conjuntura pandémica que relativiza, obviamente, este projeto e todos os seus pressupostos de identidade, tendo em consideração a Petição Pública que foi apresentada, que está em curso, que até às 15 horas tinha 4750 assinaturas das pessoas e vou citar dois comentários.-----  
----- Filomena M: – “A Tapada das Necessidades é um jardim encantador que está degradado, mas transformá-la numa espécie de parque de diversão, gerido por privados sem nenhuma consulta ao público, aquilo que é frequente, é um abuso de poder! Já nos basta o mastodonte que autorizaram e tira quase por completo a vista do miradouro ao lado!” -----  
----- Outra assinatura é a de Catherine D, cidadã francesa residente em Portugal que refere:- “Amo Lisboa pelo seu património, do qual aprecio especialmente os jardins e parques. O Urbanismo atual não pode privilegiar o comércio sobre os parques, à revelia do que se pratica noutras capitais do mundo!” -----  
----- E passo a citar agora a Petição:- “ Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, com a atenção do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a atenção dos Senhores Deputados Municipais da Assembleia Municipal de Lisboa. -----  
----- Um Jardim romântico, histórico e culturalmente único, a pacata Tapada das Necessidades, levemente negligenciada durante décadas estão agora ameaçados por um projeto de concessão a privados, que significaria acesso a carros, demolições e construções de edifícios enormes e desenquadrados.-----  
----- Este projeto abusivo foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa sem ouvir a população. Uma escolha entre abandono total e um insensível projeto de comercialismo desenfreado é uma falsa dicotomia. -----  
----- A Freguesia da Estrela já foi confrontada com o Miradouro das Necessidades, de ter perdido a vista do Tejo por causa do novo hospital CUF e com o *chalé* do Jardim da Estrela ter sido demolido, por isso agora é urgente salvaguardar a tapada das Necessidades, queremos ver uma recuperação cuidadosa da Tapada que respeite a sua história e se o caráter singular. -----  
----- Diga não esta concessão da Câmara Municipal de Lisboa e apoie a recuperação integral deste Jardim único em Lisboa mantendo o seu carisma romântico e acolhedor.  
----- Apelamos também à participação das cidadãs e dos cidadãos neste processo, que até aqui não foram ouvidos nem achados! -----  
----- A Tapada das Necessidades é indissociável do conjunto monumental das Necessidades, Capela Convento, Palácio Tapada, Obelisco e Jardim, classificado de

interesse público desde 1983, está inscrita no PDM como quinta e jardim histórico e consiste numa área de 10 hectares, totalmente murada e é propriedade do Estado Português. -----

----- Em 2008 foi assinado pelo então Ministério da Agricultura um protocolo de cedência sobre a gestão, reabilitação, manutenção e utilização da Tapada das Necessidades, contudo desde aquela data a sua boa conservação e recuperação foi sendo adiada pela Câmara Municipal de Lisboa, inexplicavelmente, podendo e devendo a mesma ter sido já efetuada pela Autarquia, dadas as receitas extraordinárias que a mesma tem auferido e que são provenientes das verbas do Casino de Lisboa e das taxas turísticas. -----

----- Na realidade durante treze anos apenas foram efetuadas algumas obras de pequena monta, como a reparação dos vidros da estufa e melhorias no sistema de rega, tudo o resto se teve como até 2008, edifícios abandonados e partidos, fontes e lagos degradados, jardim dos catos em mau estado e insegurança, etc..-----

----- Em 2019, contrariando as expectativas acima referidas, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou a cedência a privados da maioria dos edifícios e espaços da Tapada para exploração comercial, constando do Caderno de Encargos a demolição de algum do edificado existente, como a parte central do antigo Jardim Zoológico e diversos edifícios da zona Norte. -----

----- A alteração significativa de outros e a construção de novos com marcas de autor, exemplo, a construção de raiz de um grande restaurante com cave, um centro interpretativo, um anfiteatro, sendo que estas estruturas deveriam ser colocadas na zona da antiga Escola Agrícola. -----

----- É entendimento dos abaixo-assinados que este projeto acentuará ainda mais a degradação da Tapada ao transformar um local de contemplação, fruição da natureza e silêncio, num espaço de eventos com música, álcool, ruído, abertura de acessos, trânsito e estacionamento automóvel, construção de esgotos, movimentação de terras, tudo o que consideramos ser contrário ao espírito da própria Tapada.-----

----- Os abaixo-assinados consideram que tal programa a concretizar-se será não o desvirtuar da Tapada das Necessidades e enquanto espaço singular e intocável da cidade, como o abdicar por parte da Câmara Municipal de Lisboa das suas responsabilidades enquanto zelador do espaço desde 2008, e uma vez a existência das receitas extraordinárias acima referidas, que já podiam ter sido aplicadas, na recuperação integral de todos os edifícios, fontes, lagos e património arbóreo da Tapada, com vista à boa prossecução do interesse público.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Paulo, eu pedia-lhe que resumisse porque já terminou o seu tempo.”-----

----- **O Município, Senhor Paulo Deus**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:--

----- “Estou mesmo a acabar e peço desculpa Senhor Presidente. -----

----- Considerando o exposto e considerando que não houve audição prévia da população nem qualquer processo participativo sobre o projeto em apreço, os abaixo-assinados solicitam ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e aos

Senhores Deputados Municipais que primeiro considerem a revisão do projeto aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa e desenvolvam todos os esforços para corrigir a concessão comercial da Tapada das Necessidades; segundo, aprovelem a inscrição da Tapada Necessidades nas opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa de modo a que a expensas próprias a Câmara Municipal de Lisboa desenvolva durante o próximo mandato 2021/2025 um programa faseado de recuperação integral da Tapada, recorrendo a áreas de conhecimento da recuperação dos jardins e edifícios patrimoniais e culturais... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Pedia-lhe que concluísse porque já ultrapassou o seu tempo.”-----

----- **O Município, Senhor Paulo Deus**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:--

----- “Está mesmo a concluir, é só um momento, peço desculpa.-----

----- Assim como aos cidadãos interessados em projetos de natureza cultural, ambiental, educativo e de lazer que daí... -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, portanto, a Petição quando for oportuno será objeto da devida análise pela comissão respetiva.”-----

----- **VOTO DE PESAR n.º 139/02 (PEV) – (Subscrito Pelo Grupo Municipal do PEV e Deputadas Municipais Independentes Ana Gaspar e Teresa Craveiro)**  
**VOTO DE PESAR “Miguel Ramalho”;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos agora entrar nos votos de pesar, vou começar pelo Voto 139 do PEV – Voto de Pesar Miguel Ramalho, peço a Segunda Secretária Virgínia Estorninha.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

----- “*Voto de pesar* -----

----- “*Miguel Ramalho*” -----

----- *Faleceu no passado dia 8 de Março, aos 83 anos, Miguel Marques de Magalhães Ramalho, ex-professor da Universidade de Lisboa, figura de destaque nos Serviços Geológicos de Portugal, ilustre geólogo e Investigador Coordenador Jubilado do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), professor convidado (Auxiliar, Associado e Catedrático) do Departamento de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (desde 1971), instituição onde obteve a Licenciatura (em 1959), Doutoramento (em 1972) e Agregação (em 1978).---*

----- *O seu percurso marcou várias gerações de geólogos e instituições nacionais, na defesa do território como principal bem público. Iniciou em 1968 as suas funções de geólogo, nos então Serviços Geológicos de Portugal (SGP), continuando a sua carreira nos organismos que lhes sucederam, designadamente, no Instituto Geológico e Mineiro (IGM) e no LNEG. Desenvolveu trabalhos de investigação estratigráfica no*

*domínio da Micropaleontologia do Mesozoico, aplicada à cartografia geológica, sendo autor de mais de uma centena de trabalhos científicos e de divulgação científica, que incluem a descrição de 3 novos géneros e 13 novas espécies para a Ciência (Foraminíferos, Ostracodes, Algas calcárias e Espongiários).-----*

*----- Desempenhou, igualmente, diversos cargos dirigentes, nomeadamente de Director dos SGP e de Vice-Presidente do IGM (1993/2003). No âmbito dos SGP, IGM e LNEG, foi também responsável pela cartografia geológica do território nacional (1978/2007), da actividade editorial geológica e, ainda, dos sectores de património geológico e do Museu Geológico do LNEG, onde, desde 1975, esteve ligado à sua coordenação. -----*

*----- Entrou para os Serviços Geológicos em 1968, tendo, após a sua aposentação, ficado até à actualidade como coordenador do Museu Geológico de Lisboa. Foi Presidente da Associação Portuguesa de Geólogos (APG) em 1985/1986 e Presidente da Assembleia Geral em 1987/1988.-----*

*----- O professor Miguel Ramalho fez do Museu Geológico a sua segunda casa, mesmo depois de se ter jubilado. Salientava a importância da Geologia em áreas como o ordenamento do território, o reconhecimento de recursos minerais, nomeadamente de fontes de água, alertando para o aquecimento global, considerado ser ‘essencial’ conhecer ‘a terra que pisamos’. Homem de convicções, defensor do património geológico e, de uma forma global, do património natural, era ainda membro da Liga para a Protecção da Natureza. Participou nas denúncias feitas à destruição da floresta na Arrábida, devido à actividade extractiva de Brecha da Arrábida, que culminariam com a criação do Parque Natural da Arrábida. -----*

*----- Ensinava que a geologia é a base fundamental em que deve assentar a gestão racional, responsável e moderna da sociedade, compromisso que assumiu como imperativo nas suas diversas facetas, de cidadania através de inúmeras intervenções públicas e escritos de divulgação sobre Geologia, de cientista através da vasta bibliografia produzida, como dirigente das sucessivas instituições onde desenvolveu a sua actividade profissional, Direcções-Gerais, Instituto Geológico e Mineiro e INETI, onde exercitou a aplicação das suas ideias e convicções, e como professor universitário, onde deixou marcas em sucessivas gerações de jovens com quem interactuou. -----*

*----- Em Janeiro de 2016, Miguel Ramalho sustentava o princípio que “um museu que ensina é o nosso lema”, tendo chegado mesmo a lamentar que o Museu Geológico de Lisboa se encontrasse “esquecido dos poderes públicos”, denunciando que “houve várias tentativas de fazer desaparecer o Museu por parte de entidades públicas responsáveis pela Educação e a Cultura”. -----*

*----- Recorde-se que o Museu Geológico, situado no 2º piso do antigo Convento de Jesus em Lisboa, inclui um espólio valiosíssimo nas áreas da paleontologia, estratigrafia, cartografia, arqueologia e mineralogia, sendo um espaço especialmente dedicado à Ciência e à sua divulgação. O Museu alberga um vasto espólio de fósseis, minerais, rochas e objectos arqueológicos, alguns de elevado valor científico reconhecido internacionalmente, detendo colecções únicas no País, com a segunda*

mais importante na área da pré-história, logo após a do Museu Nacional de Arqueologia, expondo mais de 4.000 peças, e sendo o terceiro mais antigo da Europa. ----- Apesar deste importante espólio, o professor lamentava que “somos um Museu pouco conhecido, que recebe mais elogios dos visitantes estrangeiros que visitas de nacionais”.-----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista Os Verdes:-----

----- 1 - Guardar um minuto de silêncio em memória de Miguel Marques de Magalhães Ramalho, endereçando à sua família as mais sentidas condolências.-----

----- 2 - Propor que o Município de Lisboa atribua na toponímia, em equipamento cultural, ambiental ou geológico da cidade, o nome de Miguel Ramalho - professor e geólogo. -----

----- Mais delibera ainda: -----

----- 3 - Remeter o presente voto de pesar à Presidência da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo, à Universidade de Lisboa, ao Museu Geológico de Lisboa, ao LNEG, à Associação Portuguesa de Geólogos, à Liga para a Protecção da Natureza, bem como à CML e todos os seus vereadores.-----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 09 de Março de 2021 -----

----- O Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes”-----

----- Cláudia Madeira -----

----- J. L. Sobreda Antunes”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente por favor, preciso uma informação sobre este voto de pesar?”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Faz favor!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É muito rápido, é muito simples, é que eu tentei acompanhar a leitura este voto de pesar pela senhora secretária, através da ordem de trabalhos que consta da página da Assembleia Municipal para hoje. No entanto, o Voto n.º 139/02 que iremos agora votar, o voto que lá está é um voto completamente diferente com data de 23 de fevereiro 2021 das duas uma, por favor, ou corrigem ou então os serviços que acompanham e verifiquem, agradeço!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Agradeço a sua chamada de atenção e assim se ade proceder à correção. -----

----- Vamos passar à votação **do Voto 139/02 (PEV)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo



Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O Voto 139/02 (PEV) foi aprovado por unanimidade. -----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente Raul Santos nesta votação)-

----- **VOTO DE PESAR n.º 139/03 (PSD) – (Subscrito Pelos Grupos Municipais do PSD e MPT) VOTO DE PESAR “Pelo falecimento de Miguel Magalhães Ramalho o Diretor do Museu Geológico de Lisboa”;**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

----- “VOTO de PESAR -----

----- *Pelo falecimento de Miguel Magalhães Ramalho-----*

----- *O Director Resistente do Museu Geológico de Lisboa!-----*

----- *Na passada segunda-feira faleceu mais um dos grandes nomes da Ciência e Cultura, o Investigador e Director do Museu Geológico de Lisboa Miguel Magalhães Ramalho. -----*

----- *“Um museu que ensina’ é o nosso lema”, dizia Miguel Magalhães Ramalho.-----*

----- *Falar do Museu Geológico de Lisboa é falar de Miguel Magalhães Ramalho o seu Director e vice-versa! Conhecido como o resistente, porque trabalhava “pro-bono”, não se cansava de salientar a importância da Geologia nas áreas como o ordenamento do território, o reconhecimento de recursos minerais, nomeadamente de fontes de água, referindo-se ao actual debate mundial sobre o aquecimento global, como absolutamente essencial e sobretudo no que diz respeito ao conhecermos “a terra que pisamos”. -----*

----- *Sempre inconformado, empenhou-se sempre na divulgação do património Geológico e Arqueológico do país. Em Janeiro de 2016 em entrevista à Lusa, Miguel Magalhães Ramalho lamentou que a instituição que dirigia se encontrasse “esquecida dos poderes públicos, que até a quiseram fazer desaparecer”, tendo realçado a sua importância e actualidade. -----*

----- *O museu foi fundado pelo general Carlos Ribeiro (1813-1882), no âmbito da criação da Comissão Geológica do Reino, sob o forte empenho de Filipe Folque e detém colecções únicas no país, tendo a segunda mais importante na área da pré-história, logo após a do Museu Nacional de Arqueologia e expõe mais de 4000 peças, sendo o terceiro mais antigo da Europa, fundado na década de 1870.-----*

----- *Dizia Miguel Magalhães Ramalho - “Somos um museu pouco conhecido, que recebe mais elogios dos visitantes estrangeiros que visitas de nacionais” e “Quem diz que as rochas não falam?”-----*

----- *Neste sentido, o Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, que delibere na sua Sessão de 16 de Março de 2021:-----*

----- *1. Prestar homenagem ao Investigador Miguel Magalhães Ramalho, prestando um minuto de silêncio em sua memória; -----*

----- *2. Que este Voto de Pesar seja enviado à sua Família e ao Museu Geológico de Lisboa.-----*

----- *Lisboa, 09 de Março de 2021 -----*

----- *O Grupo Municipal do PSD-----*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação **do Voto 139/03 (PSD)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto 139/03 (PSD)** foi aprovado por **unanimidade**.-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Raul Santos nesta votação)**-  
----- “Senhores Deputados, para não estamos a mudar e a perder a evocação do Professor Miguel Magalhães Ramalho e ainda há um voto sobre ele, vamos passar à sua leitura e votação e depois continuamos com os outros ilustres cidadãos que faleceram entretanto.”-----

----- **VOTO DE PESAR n.º 139/10 (2 DM IND) – (Subscrito Por 2 Deputados(as) Municipais Independentes) VOTO DE PESAR “Pelo falecimento de Miguel Magalhães Ramalho”;**-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

----- *“Voto de Pesar pelo falecimento de Miguel Magalhães Ramalho -----*

----- *Faleceu no passado dia 8 de Março, aos 83 anos, Miguel Magalhães Ramalho.---*

----- *Nascido em 1937, Miguel Magalhães Ramalho licenciou-se em Ciências Geológicas, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 1959, tendo obtido o doutoramento em 1972 também pela Universidade de Lisboa, na especialidade de Micropaleontologia.-----*

----- *Enquanto geólogo, contribuiu significativamente no sentido de alertar a sociedade para a importância dos estudos geológicos numa diversidade de áreas, como o ordenamento do território, a avaliação e mitigação de riscos e a gestão adequada da água. Foi ainda pioneiro no avanço de uma perspectiva conservacionista abrangente, devidamente focada tanto na biodiversidade como na geodiversidade do nosso país.-----*

----- *Para além da carreira como professor e investigador, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, dirigiu durante vários anos os serviços de geologia do Instituto Geológico e Mineiro e destacou-se como Presidente da Liga para a Protecção da Natureza. Nos últimos anos, dirigiu ‘pro-bono’ o Museu Geológico de Lisboa.-----*

----- *A ação de Miguel Magalhães Ramalho foi decisiva para reavivar o interesse dos investigadores e do público pelo Museu Geológico de Lisboa, instituição durante tanto tempo esquecida pela tutela e pelo poder público em geral e onde se condensam quase dois séculos da história da geologia e da arqueologia em Portugal.-----*

----- *Ao longo das décadas, o papel interventivo que assumiu permitiu-lhe denunciar muitos crimes ambientais e trabalhar activamente com diversas questões nacionais, entre as quais destacamos a discussão em torno da construção da nova estrada na*

*Arrábida e o que viria a ser a constituição da Área Protegida da Arrábida - subsequentemente elevada a Parque Natural.*-----

----- *Em anos recentes, e motivado pela necessidade de enfrentar seriamente a questão das alterações climáticas, Miguel Magalhães Ramalho ilustrou bem a importância da adoção de uma perspectiva verdadeiramente global e universalista, defendendo publicamente a criação de um organismo à escala mundial dedicado à salvaguarda do ecossistema terrestre, a par da Organização das Nações Unidas mas com o real poder de intervir eficazmente em qualquer ponto do globo.*-----

----- *Assinalamos com pesar o falecimento de Miguel Magalhães Ramalho, uma personalidade de muito relevo na luta ecologista em Portugal. A sua partida é uma grande perda para a ciência, para a ecologia e para o país.*-----

----- *Assim, propomos que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em sessão plenária no dia 16 de março de 2021, manifeste o seu mais profundo pesar pela morte de Miguel Magalhães Ramalho, guardando um minuto de silêncio e dando conhecimento à família, à Liga para a Proteção da Natureza e ao Museu Geológico.* --

----- *O Deputado Municipal Paulo Muacho*-----

----- *A Deputada Municipal Patrícia Gonçalves*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- **Vamos passar à votação do Voto 139/10 (2 DM IND).** Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Voto 139/10 (2 DM IND) foi aprovado por unanimidade.**-----

----- **(Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar e Raul Santos nesta votação)**-----

----- **VOTO DE PESAR n.º 139/04 (PSD) – (Subscrito pelos Grupos Municipais do PSD, CDS-PP, MPT e PPM) VOTO DE PESAR “pela morte de Maria José Valério”;**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

----- *“Voto de Pesar pela morte de Maria José Valério*-----

----- *Maria José Valério Dourado, artista de variedades, faleceu a 3 de março de 2021, aos 87 anos, no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, vítima de COVID-19.*-----

----- *Nasceu a 03 de maio de 1933 na Amadora e protagonizou êxitos como "Olha o Polícia Sinaleiro" e "As Carvoeiras", sendo o seu maior sucesso é "Menina dos Telefones", de 1962. O seu repertório, dividido entre o fado e a canção ligeira, inclui temas como "Cantarinhas", "Fado da Solidão", "Expedicionário", "Um Dia", "Casa Sombria", "Deixa Andar", "Férias em Lisboa", "Longos Dias", "Lisboa, Menina Vaidosa", "Nunca Mais", muitos da dupla de autores Eduardo Damas e Manuel Paião, que assinam também a "Marcha do Sporting".*-----

----- Segundo a "Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX", a sua "interpretação vocal privilegia a emancipação do texto com uma voz aberta, do peito, potente, com um timbre rouco", e destaca "a sua gestualidade como forma de potenciar a dimensão emotiva do texto". e em 2004, o município reconheceu a grandeza da sua carreira e foi-lhe atribuída a Medalha de Mérito da Cidade de Lisboa, grau ouro. -----

----- Começou a cantar em 1950, no Liceu D. João de Castro, frequentou o Centro de Preparação de Artistas da Rádio, na então Emissora Nacional, ficando a fazer parte do elenco, e logo na década de 1950 participou em vários espetáculos de variedades da então Emissora Nacional, e nas emissões experimentais da RTP, na Feira Popular, em Lisboa, depois de ter frequentado o Centro de Preparação de Artistas da Rádio da Emissora Nacional. No cinema, participou no filme "O Homem do Dia" (1958). -----

----- Presença regular na televisão, Maria José Valério tornou-se mais conhecida das novas gerações por ser a intérprete da "Marcha do Sporting", o hino do Sporting Clube de Portugal. O tema foi reeditado em single quando o Sporting conquistou o Campeonato de Portugal de futebol de primeira divisão 1999/2000, tendo chegado ao primeiro lugar na tabela nacional de vendas. Toda a sua carreira foi de enorme dedicação ao seu público e será eterna na memória de todos os seus fãs, nomeadamente de todos os Sportinguista através da sua interpretação da "Marcha do Sporting". -----

----- O seu Sportinguismo tornou-se tão marcante na sua vida que certamente todos os Sportinguistas de dirão que: "Maria José Valério nasceu um dia sob o signo do Leão e nós aprendemos amá-la e a trazê-la no coração!" -----

----- Neste sentido, o Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, que delibere na sua sessão Ordinária de 16 de Março de 2021: -----

----- 1. Prestar homenagem a Maria José Valério, prestando um minuto de silêncio em sua memória; -----

----- Mais delibera que este Voto de Pesar seja enviado à sua Família e ao Sporting Clube de Portugal. -----

----- O Grupo Municipal do PSD" -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação **do Voto 139/04 (PSD)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto 139/04 (PSD)** foi aprovado por **unanimidade**. -----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Raul Santos nesta votação)**-

----- **VOTO DE PESAR n.º 139/06 (CDS-PP) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do CDS-PP e pelo Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves) VOTO DE PESAR "por Nuno Fernandes Thomaz"**; -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

----- “**VOTO DE PESAR POR**-----

----- **NUNO FERNANDES THOMAZ**-----

----- *Faleceu, no passado dia 7 de Março, aos 77 anos, vítima de Covid-19, Nuno Fernandes Thomaz, Presidente da NovaSBE (Faculdade de Economia da Universidade Nova).*-----

----- *Nuno Fernandes Thomaz, foi um destacado dirigente do CDS a nível nacional e local, tendo sido Vice-Presidente do Partido de 1996 a 1998.*-----

----- *Foi também autarca na cidade de Lisboa, quer na Assembleia Municipal onde, inclusivamente, foi o cabeça de lista da coligação PSD/CDS em 1997, quer na Freguesia de São Mamede.*-----

----- *Mas a sua actividade foi muito além da componente política. De entre o seu vasto curriculum profissional destaca-se ter sido CEO do Banco do Alentejo, do Banco Pinto de Magalhães e membro do conselho de administração do Grupo Mello, Tabaqueira, Nutrinveste, CTT ou IPGC.*-----

----- *Nuno Fernandes Thomaz foi também Vice-Presidente do Fórum para a Competitividade e da ACEGE (Associação Cristã de Empresários e Gestores).*-----

----- *Durante todo o seu percurso de vida, quer profissional quer político, quer associativo, Nuno Fernandes Thomaz foi um ser humano de forte cariz humanista e de grande consciência cívica e social. Associando sempre a sua firmeza de convicções a um trato afável, que os que o conheceram nunca esquecerão.*-----

----- *Assim a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 16 de Março de 2021, delibera:*-----

----- *Prestar homenagem a Nuno Fernandes Thomaz, guardar um minuto de silêncio em sua memória e endereçar à família as mais sentidas condolências.*-----

----- *Lisboa, 12 de Março de 2021*-----

----- *O Grupo Municipal do CDS-PP*-----

----- *Diogo Moura”*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- **Vamos passar à votação do Voto 139/06 (CDS-PP).** Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto 139/06 (CDS-PP)** foi aprovado por **unanimidade**.-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Raul Santos nesta votação)**-

----- **VOTO DE PESAR n.º 139/07 (MPT) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do MPT e PPM) VOTO DE PESAR “pelos Profissionais de saúde vítimas pela Covid-19”;**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

----- **“Voto de Pesar** -----  
----- **pelos Profissionais de saúde vitimados pela Covid-19** -----  
----- Os profissionais de saúde são actualmente o recurso mais valioso com que cada País conta para combater a COVID-19, mas, além de heróis, são eles também vítimas desta pandemia. -----  
----- Há mais de um ano na linha de frente de uma luta diária para dar resposta ao agravamento dos números de infeções, aos internamentos, aos doentes em cuidados intensivos e mortes, estes profissionais altamente expostos aos riscos de contágio e tantas vezes desprotegidos, quer a nível hospitalar, quer a nível dos cuidados de saúde primários, têm pago um preço muito elevado pela sua excepcional dedicação e disponibilidade. -----  
----- Além dos impactos mentais e psicológicos causados por meses de jornadas exaustivas de trabalho debaixo de uma enorme pressão, pelo afastamento de amigos e familiares e pela frequente discriminação dentro e fora dos hospitais e centros de saúde, os profissionais de saúde encontram-se entre os principais grupos de risco de infecção pelo novo coronavírus e suas variantes e o registo de óbitos é avassalador. --  
----- Segundo números revelados no passado dia 5 de Março pela Amnistia Internacional, referentes a 2020, a COVID-19 matou a nível mundial 17 mil profissionais de saúde, admitindo esta Organização que os números serão, provavelmente, superiores, uma vez que nem todos os Estados reuniram informação oficial ou só o fizeram de forma parcial. -----  
----- No nosso País, e segundo dados divulgados no passado dia 1 de Março pela Direcção Geral de Saúde, foram cerca de 28 mil os profissionais de saúde infectados com o vírus SARS-CoV-2 desde o início da pandemia, dos quais 19 morreram e mais de 16 mil recuperaram. -----  
----- Entre estes profissionais que faleceram estavam três médicos, um enfermeiro, um técnico superior de diagnóstico, dois auxiliares de saúde, um auxiliar de enfermagem, dois administrativos, um colaborador de Estrutura Residencial para Idosos, um bombeiro e sete com categoria desconhecida. -----  
----- Assim, o Grupo Municipal do Partido da Terra – MPT propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Plenária de 16 de Março de 2021, manifeste o seu profundo pesar pelo falecimento destes médicos, enfermeiros, assistentes operacionais e pessoal da logística que, entre o espírito de missão e o medo, perderam a vida neste combate, guardando um minuto de silêncio em sua memória e homenagem. -----  
----- Mais se propõe, que o presente voto de pesar seja enviado para conhecimento à Ordem dos Médicos, à Ordem dos Enfermeiros, ao Conselho de Escolas Médicas Portuguesas, à Associação Portuguesa de Enfermeiros e ao Sindicato Independente dos Técnicos Auxiliares de Saúde. -----  
----- Lisboa, 16 de Março de 2021 -----  
----- O Deputado Municipal do Partido da Terra – MPT-----  
----- - José Inácio Faria-” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação do **Voto 139/07 (MPT)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto 139/07 (MPT)** foi aprovado por **unanimidade**.-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Raul Santos nesta votação)**-  
----- **VOTO DE PESAR n.º 139/09 (PS) – (Subscrito pelo Grupo Municipal do PS, MPT, por 7 Deputados(as) Municipais Independentes e em nome pessoal pelos(as) Deputados(as) Municipais Aline Beuvink, António Prôa, Diogo Moura e Virgínia Estorninho) VOTO DE PESAR “Pelo falecimento de António Dias Baptista”;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

----- “*VOTO DE PESAR*-----

----- *PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO DIAS BAPTISTA*-----

----- *Faleceu a 13 de março, António Manuel Dias Baptista, que foi durante mais de uma dezena de anos membro desta Assembleia Municipal, liderando durante esse período a bancada do Partido Socialista.*-----

----- *António Dias Baptista, licenciado em Direito, desempenhava funções de jurista na Ferconsult, empresa de consultoria, estudos e projetos de engenharia do Metropolitano de Lisboa. Era, no presente, Presidente da Assembleia de Freguesia de Alcântara e vice-presidente da Associação dos Bombeiros Voluntários da Ajuda.*-----

----- *Antigo Deputado e vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Dias Baptista dedicou a sua vida ao serviço público.*-----

----- *Como deputado na Assembleia da República as suas qualidades foram por todos elogiadas, bem evidenciadas na Comissão Permanente dos Assuntos Constitucionais e no papel desempenhado na Comissão Parlamentar de Inquérito ao acidente da ponte de Entre-os-Rios.*-----

----- *No PS, o seu partido de sempre, Dias Baptista foi fundador e coordenador da secção da Ajuda, dirigente da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS (FAUL), membro da Comissão Nacional do PS e, durante catorze anos, dirigente executivo da Concelhia de Lisboa do Partido Socialista tendo, neste âmbito, prestado inúmeros serviços à cidade e ao seu partido.*-----

----- *Enquanto autarca, para além dos anos em que liderou a bancada municipal do PS na Assembleia Municipal e do período em que exerceu o cargo de Vereador, Dias Baptista foi membro da Assembleia de Freguesia da Ajuda e, no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa, presidiu à Comissão Instaladora da Freguesia de Santa Maria Maior.*-----

----- *No presente, servia a cidade como Presidente da Assembleia de Freguesia de Alcântara, cargo que exercia com enorme dedicação e brio, competência e também*

satisfação. Dias Baptista amou sempre a sua cidade e servi-la foi sempre o seu propósito. -----

----- António Dias Baptista era um homem de princípios, não só na sua vida cívica, como também na sua vida pessoal e familiar. A sua total dedicação durante a doença prolongada da sua falecida mulher, Jacira Baptista, foi comvente para todos aqueles que com ele privavam. -----

----- Completamente dedicado à sua família, mãe, irmã e enteado, e aos seus amigos, António Dias Baptista era um ser humano completo, de quem só se poderia esperar sempre uma palavra de apoio, compreensão e de ajuda, quando necessário. -----

----- Respeitado pelos seus amigos e camaradas da política, assim como pelos seus adversários, António Dias Baptista vai deixar em todos nós uma infinita saudade. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal, reunida em sessão plenária no dia 16 de março de 2021, manifesta o seu mais profundo pesar pelo seu falecimento e envia à família, amigos e ao seu partido os seus sentidos pêsames, guardando um minuto de silêncio em sua memória, e recomenda à CML que, pelo seu contributo cívico prestado à cidade de Lisboa enquanto autarca, o seu nome seja atribuído a uma artéria da cidade, de preferência na sua freguesia da Ajuda -----

----- Lisboa, 16 de março de 2021 -----

----- Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista -----

----- Miguel Coelho -----

----- Manuel Portugal Lage” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação do Voto 139/09 (CDS-PP). Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. O **Voto 139/09 (CDS-PP)** foi aprovado por **unanimidade**. -----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Raul Santos nesta votação)**-

----- (Neste momento, foi feito um minuto silêncio por todos os votos de pesar) -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado senhores deputados.” -----

----- O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente?” -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Faça favor!” -----

----- O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT), no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----



----- “Eu gostaria só de colocar à Mesa a seguinte situação, eu estou constantemente a ser excluído da reunião, eu não sei o que é que se está a passar, eu já perdi votações!---  
----- Não sei o que é que se está a passar, gostaria que visse com os serviços?” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Peço a melhor atenção aos serviços, se fizerem o favor! -----  
----- Muito bem, nós precisamos da presença do Senhor Deputado. -----  
----- Eu penso que há apenas uma declaração de voto oral, que é do Partido Socialista, se não me engano, portanto, daria a palavra ao Senhor Deputado David Amado.” -----  
----- **O Grupo Municipal do Partido Socialista**, apresentou, a seguinte **Declaração de Voto Oral**: -----  
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados. -----  
----- A notícia do falecimento de António Dias Baptista, apanhou-nos a todos de surpresa. -----  
----- No seu percurso profissional e os anos que dedicou à causa pública em especial como Deputado à Assembleia da República, como Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, como deputado nesta casa como Membro da Assembleia de Freguesia da Ajuda e de Alcântara da qual era Presidente desde 2017, são motivos justos para aqui o evocar. -----  
----- Mas quero fazer jus à enorme, herança humanista que Dias Baptista deixou e de que são testemunhos as mensagens de tantas pessoas que com ele privaram e que o lembram como um homem com grande sentido democrático e elevadas qualidades humanas. -----  
----- Dias Baptista era um homem livre, bom, íntegro e leal. -----  
----- Era meu camarada e posso dizer que tive o privilégio de o ter como amigo, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara e digo-vos que Alcântara ficou mais pobre, mas foi sem dúvida muito enriquecida pelo trabalho, tempo, carinho que Dias Baptista lhe dedicou. -----  
----- Tomando de empréstimo algumas palavras de Sophia de Mello Breyner: -----  
----- “*No deserto sem água,* -----  
----- *Numa noite sem Lua,* -----  
----- *Num país em nome,* -----  
----- *Ou numa terra nua.*” -----  
----- A ausência Dias Baptista será sentida e a sua memória será honrada. -----  
----- Partiu um dos nossos, contribuiu para elevar a causa pública e para sermos coletivamente mais justos, mais fraternos e mais solidários. -----  
----- Até sempre Dias Baptista. -----  
----- Disse, Senhor Presidente.” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----  
----- Penso que não há mais nenhuma Declaração de Voto Oral.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **1. APROVAÇÃO DA ATA 124 DE 17.11.2020, ATA 125 DE 24.11.2020 E DA ATA 127 DE 10.12.2020;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: --  
----- “Vamos passar ao período da ordem do dia, portanto, Ponto aprovação da Ata n.º 124.-----

----- Vou pôr à votação **Ata 124 de 17 de novembro de 2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. Ata foi **aprovada por unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião.-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Raul Santos nesta votação)**-

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 124**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- **Ata n.º 124** Sessão Ordinária de novembro – segunda reunião, realizada em dezassete de novembro de dois mil e vinte, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Natalina Tavares de Moura (PS), Ricardo Oliveira Marques (PS), Maria João Bernardino Correia (PS), Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD), Ana Maria Páscoa Baptista (PCP) e Cláudia Madeira (PEV).-----

----- Vou pôr à votação **Ata 125 de 24 de novembro de 2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. Ata foi **aprovada por unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião.-----

----- **(Ausência do Deputado Municipal Independente Raul Santos nesta votação)**-

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 125**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- **Ata n.º 125** Sessão Extraordinária, realizada em vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Natalina Tavares Moura (PS), Ricardo Oliveira Marques (PS), Maria João Bernardino Correia (PS), Rosa Maris Carvalho da Silva (PSD), Diana Bechet Vale (CDS-PP), Ana Maria Páscoa Baptista (PCP), Cláudia Madeira (PEV) e Paulo Muacho (IND).-----

----- Vou pôr à votação **Ata 127 de 10 de dezembro de 2019**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. Ata foi **aprovada por unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião. -----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 127**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 127** Sessão Extraordinária, realizada em dez de dezembro de dois mil e vinte, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Natalina Tavares Moura (PS), Ricardo Oliveira Marques (PS), Maria João Bernardino Correia (PS), Augusto Miguel Gama Albuquerque (PS), Davide Amado (PS), Diogo Feijóo Campos Rodrigues (PS), Álvaro Sousa Carneiro (PSD), Vasco Alves Morgado (PSD), Ana Maria Páscoa Baptista (PCP) e Paulo Muacho (IND). -----

----- **2. APRECIACÃO DO VOTO 139/01 (PCP) – VOTO DE SAUDAÇÃO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ART.º 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (O **Voto 139/01 (PCP)** fica anexado à presente Ata, como **Anexo I** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Voto 139/05 (BE)** fica anexado à presente Ata, como **Anexo II** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Voto 139/08 (PEV)** fica anexado à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Voto 139/11 (6 DM IND)** fica anexado à presente Ata, como **Anexo IV** e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos agora ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, que tem diversos votos. Eu refiro-os apenas; Voto 130/01 do PCP, Voto de Saudação Dia Internacional da Mulher, depois há também o Voto 139/05 (BE) – Voto de Saudação ao Dia Internacional das Mulheres, o Voto 139/08 (PEV) – Voto Dia Internacional da Mulher e Dia de Luto Nacional pelas Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, Voto 139/11 (6 DM IND) – Voto de Saudação Pela Resiliência Feminina – A propósito da Comemoração do Dia Internacional da Mulher. -----

----- Portanto, vão todos ser debatidos em conjunto e eu peço ao António Avelãs que dê a palavra aos inscritos.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- Obrigado Presidente. -----

----- Para este Ponto da ordem de trabalhos registaram-se as inscrições dos seguintes senhores deputados: José Inácio Faria, Graciela Simões, Carla Madeira, Isabel Pires, Ana Mateus e Teresa Craveiro, se há alguma falha façam favor de dizer e sendo assim tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT e prepara Graciela Simões. -----

----- Senhor Deputado José Inácio, por favor!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros colegas, Público presente. -----

----- O Partido da Terra, em primeiro lugar gostaria de cumprimentar o Grupo Municipal do PCP, por ter submetido este Voto de Saudação, bem assim, como o Bloco de Esquerda e os 6 Deputados Independentes pelos votos que aqui trouxeram que iremos, obviamente, votar favoravelmente.-----

----- E a verdade é que nunca será demais assinalarmos este dia porque apesar das evocações e dos progressos alcançados nestes 111 anos, a realidade é que muito resta por fazer para promover os direitos das mulheres e para combater as desigualdades estruturais e os estereótipos de género. -----

----- E, como se refere neste Voto, a COVID-19 agudizou, ainda mais, este fosso entre homens e mulheres. E a verdade é que hoje verificamos que, devido à pandemia, se reverteu o progresso na redução das disparidades salariais de género, que o confinamento agravou fortemente a situação das vítimas de violência doméstica e que os impactos da suspensão das aulas presenciais estão a afectar sobretudo a actividade das trabalhadoras e a representar uma forma adicional de trabalho não remunerado para as mulheres.-----

----- Apesar da presidência portuguesa da União Europeia ter assumido o tema da desigualdade de género como prioritário e dos ministros europeus responsáveis pela Política Social terem apelado a que os planos nacionais de recuperação traduzam os impactos desiguais da pandemia entre géneros, a verdade é que falta percorrer ainda um longo caminho a nível europeu, a nível nacional e municipal. -----

----- Em relação a este último nível - o autárquico, o diagnóstico local da igualdade de género no Município de Lisboa, efectuado no âmbito do Iº Plano Municipal para a Igualdade de Género, aprovado no passo dia 22 de Dezembro nesta Casa, não é animador uma vez que ali se refere que “Apesar das maiores qualificações escolares da população do sexo feminino a trabalhar em Lisboa, elas constituíam em 2016 cerca de 70,4% dos trabalhadores a tempo parcial na cidade de Lisboa e auferiam uma remuneração inferior em 18,1% relativamente à dos homens”, acrescentando, ainda, este Plano que “os dados de 2015 mostravam que em média, por dia útil, na Área Metropolitana de Lisboa as mulheres despendiam 4 horas e 35 minutos em trabalho não pago e os homens 2 horas e 39 minutos” já em relação a 2018, este Plano refere que “as estatísticas de 2018 espelhavam já uma tendência crescente para a feminização da pobreza, que abrangia a impossibilidade de acesso a uma habitação no

mercado normal, o que era reflectido no facto de, nesse ano, 70% dos candidatos ao Regime de Acesso a uma Habitação Municipal, terem sido mulheres!” -----

----- Caros colegas, -----

----- O Grupo Municipal do Partido da Terra entende que, face ao impacto da COVID-19, todos estes dados precisam de actualização urgente e a correcção destas assimetrias exige a implementação das medidas que fazem parte deste Plano Municipal e que, a escassos meses do fim da sua vigência, ainda não passaram do papel, consideramos também que o momento obriga ainda a que sejam reduzidas as assimetrias entre as diversas Freguesias da cidade no que se refere à oferta da rede pública de creches, enquanto equipamentos fundamentais para a conciliação entre a vida profissional e familiar. -----

----- O Partido da Terra considera ainda, que o prazo de vigência deste Plano – que se iniciou em Janeiro de 2020 e termina em Setembro de 2021 – é manifestamente curto e que duas reuniões ordinárias por ano do “Conselho Municipal para a Igualdade”, é muito pouquinho e que ainda há muito a fazer nesta área!-----

----- Muito Obrigado!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- Obrigado Senhor Deputado. -----

----- Eu peço desculpa, de facto, tinha de ter dado a palavra em primeiro a quem tinha apresentado o voto, foi um erro meu, peço desculpa! -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Graciela Simões do PCP e prepara Isabel Pires do Bloco de Esquerda.-----

----- Senhora Deputada Graciela Simões, por favor!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Graciela Simões (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Secretário.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas e demais presentes nesta Assembleia, boa tarde e saúde. -----

----- Trazemos hoje a esta Assembleia, uma Saudação ao Dia Internacional da Mulher por considerarmos ser fundamental assinalar não só os 111 anos que passam sobre a apresentação da sua criação por Clara Zetkin, numa conferência internacional, mas também como forma de assinalar, valorizar e reafirmar o muito caminho que se fez até aos dias de hoje, mas não bens assinalar o percurso que falta ainda fazer na transformação da condição das mulheres no caminho para a igualdade. -----

----- É verdade que já existiam desigualdade antes do período pandémico, mas ele veio e aquele que estamos a viver, veio sublinhar ainda mais estas desigualdades e discriminações vividas pelas mulheres. Mulheres que são na sua maioria, imagine-se, infetadas pelo Covid na sua fase e vida ativa dos 20 aos 59 anos, mas também no fim da vida. -----

----- Se há elações que devem ser retiradas da situação que vivemos de agravamento da exploração, é que a luta pela concretização dos direitos das mulheres na Lei está

consignada mas não na vida, não pode ficar limitada como algumas forças protagonizam. -----

----- A luta contra os preconceitos e costumes ultrapassados pela evolução social e pela luta das mulheres. -----

----- É preciso ir mais longe, é preciso também abalar aos fundamentos económicos, sociais e políticos, os que sustentam esta discriminação da mulher. -----

----- Assinalamos o Dia Internacional da Mulher num tempo marcado pelo agravamento das condições de vida e do trabalho das mulheres e não podemos permitir que nenhuma força imponha como normais, retrocessos na condição social, embora disfarçados pelo discurso de valorização do seu papel de combate à epidemia. -

----- Devemos associar à comemoração deste dia ao reforço da luta organizada das mulheres, uma luta de todos os dias quanto à exploração laboral, seja ela das desigualdades, discriminações ou violências que as penaliza. Uma luta pela construção das alternativas políticas, transformadoras da sociedade que contribuem para a sua emancipação social.-----

----- As mulheres são vítimas das mais diversas formas de violência seja ela doméstica, sejam elas no trabalho, nas desigualdades de direitos e de salários. São vítimas ainda da violência social, psicológica e cultural. São vítimas do assédio, das agressões sociais, não esquecendo o tráfico humano e há o dever de todos e cada um de nós combater estas formas de violência. -----

----- No momento em que vivemos de incerteza e insegurança a epidemia não pode fazer regredir direitos ou servir de desculpa para que se abdique de lutar pela igualdade que ainda não alcançámos entre mulheres e homens. -----

----- Por isso, saudamos o Dia Internacional da Mulher e a luta das mulheres pelos seus direitos. Saudamos todas as mulheres e organizações que mesmo no adverso com este contexto de pandemia não deixaram de assinalar uma data que celebra emancipação das mulheres, as suas conquistas e reivindicações.-----

----- E por isso, votamos favoravelmente, também, as propostas apresentadas pelo Partido Ecologista Os Verdes e pelo Bloco de Esquerda.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- Obrigado Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda e prepara Cláudia Madeira.-----

----- Senhora Deputada Isabel Pires, por favor!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Secretário.-----

----- Cumprimentar o Senhor Presidente e a todos e a todas.-----

----- O voto que nós aqui apresentamos, é um voto que, apesar de ter um hábito, digamos assim, no dia de todos os 8 de Março, ele mantém uma atualidade premente porque, percebemos e sabemos que as violências contra as mulheres e as

discriminações, apesar de um longo caminho e de no caso português existirem muitos avanços que têm que ser, obviamente, relevados, do direito ao trabalho, à educação, divórcios, saúde, liberdade sexual e reprodutiva que temos tido décadas em Portugal que nos tem trazido avanços importantes, mas a cada 8 de Março percebemos também que ainda há muito que fazer. -----

----- Passaram-se 111 anos desde a sua primeira celebração de 8 de Março, como já foi dito, veio de uma proposta em 1910 no 2º Congresso da Internacional Socialista por Clara Zetkin, que, na altura identificava a situação particular das mulheres na sociedade, nomeadamente através das movimentações de operárias de meados do século XIX, sobretudo em fábricas do setor têxtil e do setor do calçado nos Estados Unidos e o Reino Unido e, a partir daí, surgiu este debate e esta indicação de um dia aonde desse pudesse não só lembrar, mas também perceber que o lutas e que são necessárias fazer daí para a frente. -----

----- E desde de então que, de facto, como disse, já, apesar dos avanços que têm existido ainda percebemos que persistem determinar discriminações, seja em profissões, seja, a dupla jornada de trabalho que tem o maior peso das tarefas domésticas para as mulheres. Ainda lugares de topo maioritariamente masculinos, a violência de género. E também na área laborar temos uma maior incidência de precariedade de desemprego e baixos salários e ainda em Portugal, uma diferença salarial ou o chamado *Get* salarial que ainda está em 14,4 % entre homens e mulheres. É verdade que houve aqui uma diminuição relativamente ao ano anterior, mas percebemos que ainda é uma desigualdade e uma diferença salarial muito significativa. -----

----- Também percebemos que, apesar de haver mais mulheres na política ou com papel relevante na própria administração pública, também essa igualdade ainda não está totalmente plasmada no nosso dia-a-dia e, portanto, esse trabalho tem que ser feito não só através de legislação, mas também através de educação e da alteração de mentalidades. -----

----- Este ano, creio que é importante porque nos últimos anos esta matéria tem sido colocada e há duas coisas que têm que devem ser assinaladas neste 8 de Março. Em primeiro lugar, o impacto que a pandemia tem, tem um impacto mais brutal, maior sobre as mulheres, seja porque são aquelas as que mais estão na linha da frente em vários setores de atividade essenciais como: a saúde, educação, mas também muitos outros como: a limpeza, a confeção de refeições, por exemplo, e também porque as desigualdades que já vinham anteriores na precariedade ou no desemprego se manifestam com maior força num período de pandemia de crise social e económica. ---

----- E, por último para terminar a questão da segurança e da violência que ainda persiste sobre as mulheres. Já tivemos a oportunidade nesta Assembleia Municipal de apresentar uma proposta sobre o problema dos crimes sexuais que ainda afetam a sobremaneira as mulheres e para os quais no nosso ponto de vista ainda não há uma segurança mais plena relativamente aquilo que deveria existir. -----

----- E, portanto, percebemos para finalizar que as lutas contra a opressão e contra a exploração das mulheres tem muitas vertentes, elas são sociais, culturais, económicas, políticas e elas dizem respeito a toda a sociedade. -----

----- Neste 8 Março assinalamos e saudamos todas as iniciativas que foram realizadas no âmbito desta comemoração, saudamos a luta e os avanços e conquistas que têm sido conseguidos olhando para o futuro e para aquilo que ainda é preciso fazer e aprovaremos também todos os outros votos. -----

----- Obrigada!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira do PEV e prepara Teresa Craveiro. -----

----- Senhora Deputada Cláudia Madeira, por favor!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- Boa tarde Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Os Verdes trazem hoje um voto a propósito do Dia Internacional da Mulher e do Dia de Luto Nacional pelas Vítimas de Violência Doméstica. O Dia Internacional da Mulher representa um símbolo da luta emancipadora das mulheres e um marco na defesa dos seus direitos, rumo a uma sociedade com igualdade e justiça social. -----

----- 111 anos depois da proposta de criação deste dia por Clara Zetkin, ainda há muito a fazer. Já existe igualdade na lei, mas falta igualdade na vida. A pandemia afectou de forma particular a vida das mulheres e veio evidenciar que são as mais afectadas em tempos de maior incerteza, instabilidade e precariedade e os problemas que já existiam foram agravados. -----

----- No mundo do trabalho, na sociedade e na família ainda há tratamentos desiguais e as mulheres continuam a ser as mais sacrificadas. As mulheres continuam a ter mais responsabilidades com a vida doméstica e familiar, e muitos milhares têm estado na linha da frente no combate à pandemia e a assegurar muitos dos sectores essenciais como a saúde, a educação, os lares, as fábricas, os serviços de limpeza, entre muitos outros. -----

----- No dia 7 de Março também se assinalou o dia de luto nacional pelas vítimas de violência doméstica, sendo fundamental continuar o combate contra este flagelo que ganha proporções preocupantes durante o confinamento. -----

----- Propomos, por isso, saudar o Dia Internacional da Mulher e as organizações que trabalham para a defesa dos seus direitos, saudar todas as mulheres, em particular as trabalhadoras do Concelho de Lisboa, saudar a Manifestação Nacional de Mulheres convocada pelo MDM que se realizou no dia 13 de Março, e ainda manifestar pesar por todas as vítimas de violência doméstica e repúdio por todos os actos de violência e de discriminação contra as mulheres. -----



----- Assinalar o Dia Internacional da Mulher, que é um dia de luta e de solidariedade, é fundamental para consciencializar a sociedade e para exigir do poder político uma intervenção coerente em defesa da igualdade de direitos e de oportunidades. A melhor homenagem que se pode fazer é reforçar a intervenção para o cumprimento dos direitos, para a defesa da igualdade e para prevenir, combater e erradicar todas as formas de violência contra as mulheres, porque as ameaças aos direitos das mulheres prejudicam-nos a todos enquanto sociedade. Esta é uma luta que tem de ser conjunta e contra o sistema e as políticas que não permitem que se avance como é preciso.-----

----- Dar ainda uma nota final referindo que acompanharemos os documentos apresentados pelo PCP, pelo BE e por seis deputados independentes sobre esta matéria. -----

----- Obrigada!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Teresa Craveiro e prepara Carla Madeira. -----

----- Senhora Deputada Teresa Craveiro, por favor!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Mesa, Senhores Deputados, Público presente e Senhores Vereadores. -----

----- Os Deputados Municipais Independentes Cidadãos por Lisboa trazem um voto de saudação pela efeméride dos 111 anos, mas pretendem também saudar a resiliência, de facto, da mulher não só revelando na questão da pandemia, mas também muitas vezes no quotidiano, naquilo que eram as suas desigualdades, mesmo anteriormente, à pandemia. -----

----- A resiliência hoje aplica-se às cidades, aplica-se aos planos é, no fundo, a capacidade do indivíduo lidar com problemas adaptamos a mudanças superando obstáculos ou resistindo à pressão de situações adversas. -----

----- Isso foi o que as mulheres fizeram, neste momento na pandemia com algumas caracterizações já aqui feitas no ponto de vista destapar ainda mais as sua pobreza e as suas dificuldades das migrações pendulares e também nos seus trabalhos essenciais na linha de frente, nem sempre tratados como tal. -----

----- E simultaneamente, nós, neste momento, pensamos que o Plano Municipal para a Igualdade de Género é um caminho, mas que ainda está no início e que é preciso, efetivamente agora ser revisto e reavaliado com as consequências da mesma pandemia. -----

----- E se o Acórdão do Superior Tribunal do dia 14 de Janeiro, nos traz aquilo que é um papel importante das horas que nem sempre eram contabilizadas e que elas são entendidas como despesa, nós sabemos que existem aqui muitas políticas de inclusão para serem trabalhadas, porque é mulher não só teve muitas vezes sair para esses trabalhos mais essenciais, como no seu teletrabalho também teve que ajustar o trabalho dos filhos e até dos acamados e da doença. Porquê? Porque há aqui uma

capacitação parental a fazer-se e há aqui um trabalho a fazer com as escolas naquilo que é a distribuição das tarefas. -----

----- Portanto, nós deixaríamos aqui esta ação que é a ação, no fundo, de ultrapassar a transgressão dos direitos e fazer com que, de facto, haja uma igualdade efetiva e um trabalho conjunto, isto implica uma introspeção de todos os partidos e nomeadamente também a nível individual, no nosso quotidiano. -----

----- E, também, dizermos que estamos com os outros votos manifestados aqui pelas diversas forças, o PEV, Partido Comunista e o Bloco de Esquerda nos seus vários pontos de vista que tem a ver também com o agravamento do diagnóstico da situação da mulher onde a violência doméstica quer de quer nos próprios filhos, como vimos IPSJ, quer nos idosos que são também um problema preocupante.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Carla Madeira do Partido socialista e prepara Ana Mateus. -----

----- Senhora Deputada Carla Madeira, por favor!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Carla Madeira (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados. -----

----- O Dia Internacional da Mulher, assinalado a 8 de março, foi este ano fortemente marcado pela pandemia de Covid-19 que está a causar a maior crise de saúde pública do último século. -----

----- São as mulheres que ocupam a maioria dos lugares da linha da frente do combate à Covid-19, correndo assim maior risco de contrair a doença. Em Portugal, 76 % dos trabalhadores do setor da saúde e da assistência social são mulheres e 86 % do pessoal de cuidados nos serviços de saúde são igualmente mulheres. -----

----- A pandemia está, simultaneamente, a provocar fortes impactos económicos e sociais, que vieram evidenciar as vulnerabilidades e acentuar as desigualdades, extinguindo alguns dos avanços alcançados rumo à igualdade entre homens e mulheres. -----

----- Para apontar apenas alguns exemplos, podemos constatar que os setores económicos mais afetados pela pandemia, como o turismo e a restauração, são maioritariamente ocupados por mulheres; o risco de desemprego é 24% superior nas mulheres; o trabalho de cuidador informal é sobretudo assegurado por mulheres; os baixos rendimentos e a desigualdade salarial afeta mais as mulheres. -----

----- Neste quadro, o programa “Lisboa Protege”, com uma dotação de 90 milhões de euros para garantir apoios ao tecido económico, ao emprego e às famílias, constitui, mais um, instrumento para ajudar quem mais precisa a enfrentar os impactos da pandemia, que encontram nas mulheres as suas principais vítimas. -----

----- Conforme nos diz o Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, no seu artigo “Uma crise com rosto de mulher” - publicado no Dia Internacional da

Mulher num jornal de referência português – a pandemia também evidenciou a boa capacidade de liderança e governação das mulheres, quer na resposta à Covid-19, quer na definição e implementação de políticas sociais para atenuar os efeitos da pandemia.

----- Aliás, a partir de uma perspetiva global e isenta que a condição de líder da ONU lhe confere, António Guterres conclui que os países que melhor têm conseguido lidar com a crise de saúde pública e socioeconómica provocada pela pandemia têm mulheres a ocupar os lugares de governação das áreas da Saúde e da Segurança Social – como é o caso de Portugal. -----

----- As mulheres já demonstraram que, quando lhes é dada essa oportunidade, têm capacidade de liderança, espírito de missão, competência e ambição para construir um futuro melhor. -----

----- Aliás, a Câmara Municipal de Lisboa é um excelente exemplo destes valores e potencialidades, quando observamos que 56,4% dos cargos dirigentes, 67,3% dos técnicos superiores e 74,2% dos assistentes técnicos são mulheres. -----

----- As mulheres que exercem as suas funções na Câmara Municipal de Lisboa, bem como em cada uma das 24 juntas de freguesias de Lisboa, têm sido determinantes para o estatuto que Lisboa conquistou como um município de referência e para a afirmação de Lisboa como uma cidade cada vez mais desenvolvida, moderna, coesa e com melhor qualidade de vida. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PS vota favoravelmente os presentes votos de saudação e permite-se depositar uma forte saudação a todas, e a cada uma das mulheres que desempenham funções nas autarquias locais desta nossa Cidade, como forma simbólica de se associar aos valores, princípios e ideais intrínsecos ao Dia Internacional da Mulher. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Mateus do PSD, por favor!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados. -----

----- O Dia Internacional da Mulher (8 de março) pretende celebrar os direitos que as mulheres conquistaram até agora, mas também lembrar que ainda há muito por fazer. -----

----- A igualdade de género é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. -----

----- Alcançar um futuro igualitário num mundo de COVID, é mais um papel a desempenhar pela mulher, no combate a um dos maiores desafios atuais para a Humanidade. -----

----- Na Declaração da Comissão Europeia tendo em vista o Dia Internacional da Mulher de 2021, foi referenciado que embora as mulheres constituam a maioria dos trabalhadores de primeira linha no setor dos cuidados de saúde, praticamente não estiveram representadas nos processos decisórios relativos à pandemia. Por exemplo,

85,2 % dos participantes à frente dos grupos de trabalho nacionais dedicados à COVID19 de 87 países, incluindo 17 Estados-Membros da UE, eram homens -----  
----- Assim e atendendo aos tempos em que vivemos, terminamos com uma saudação a todas as mulheres, com um especial agradecimento a todas as mulheres que estão na luta contra esta crise. -----  
----- Muito obrigada!” -----  
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----  
----- “Muito obrigado, Senhora Deputada. -----  
----- Presidente, não tenho mais inscrições para este ponto.” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Vamos passar à votação **do Voto 139/01 (PCP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Voto 139/01 (PCP)** foi aprovado por **unanimidade**. -----  
----- Vamos passar à votação **do Voto 139/05 (BE)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Voto 139/05 (BE)** foi aprovado por **unanimidade**. -----  
----- Vamos passar à votação **do Voto 139/08 (PEV)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Voto 139/08 (PEV)** foi aprovado por **unanimidade**. -----  
----- **(Ausência do Grupo Municipal do PAN nesta votação)**-----  
----- Vamos passar à votação **do Voto 139/11 (6 DM IND)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves Rui Costa e Teresa Craveiro. **O Voto 139/11 (6 DM IND)** foi aprovado por **unanimidade**. -----  
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----  
----- “Tem a palavra o Senhor Deputado Diogo Moura, que pretende fazer uma Declaração de Voto Oral.”-----  
----- **O Grupo Municipal do CDS-PP**, apresentou, a seguinte **Declaração de Voto Oral**:-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Mouras (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração de Voto Oral -----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente. -----

----- É mesmo muito rápido, apenas um pormenor, dizer apenas que o CDS apesar de ter votado todos os votos, em relação ao voto 139/08 do PEV e propriamente em relação ao Ponto 3, sermos coerentes com aquilo que temos defendido, ou seja, as saudações e manifestações em tempo de confinamento, independentemente do tema, nós geralmente não acompanhámos ou melhor, não sugerimos que assim seja, mas de qualquer forma, não queríamos deixar de votar a favor tendo em conta o tema, mas queria deixar esta ressalva. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, o MPT também pretendia fazer aqui uma declaração!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Faça favor, senhor deputado!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte Declaração de Voto Oral: -----

----- “É exatamente na mesma medida em que o CDS acabou de referir, o Partido da Terra, também, por coerência, naquilo que nós temos defendido no passado, o Ponto 3 do voto do PEV, nós iremos abster-nos, não votaremos contra, obviamente, mas abster-nos-emos. -----

----- Obrigado.” -----

----- **3. APRECIACÃO DA RECOMENDAÇÃO 139/01 (2ª CP) RESULTANTE DO 1º RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA DA CIDADE DE LISBOA, APRESENTADO PELA 2ª COMISSÃO PERMANENTE, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----

----- (A Recomendação 139/01 fica anexado à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos agora ao Ponto 3, Recomendação 139/01, emanada da 2ª Comissão Permanente - Resultante do 1º Relatório de Acompanhamento da situação económica da cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, há uma recomendação que será votada oportunamente, agora dava a palavra à Senhora Deputada Relatora Carla Madeira.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Carla Madeira (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção na qualidade de relatora: -----

----- “Obrigada Senhor Presidente. -----

----- A 2ª Comissão Permanente de Economia e Turismo, Inovação e Internacionalização tem feito um acompanhamento muito próximo e muito intensivos da recessão provocada pela situação epidemiológica de COVID-19 e tem feito um acompanhamento muito próximo das duas edições do Programa no “Lisboa protege”. -

----- Nesse sentido decidiu diligenciar um ciclo de audições a diversas entidades de forma a poder-se avaliar melhor junto dos diferentes associados representativos do tecido económico e social, as respostas colocadas em prática pelo município e em articulação com as freguesias, mas também ao nível nacional, tentando perceber onde existem dificuldades e como melhorar e aperfeiçoar os mecanismos de resposta. -----

----- Neste sentido a 2ª Comissão fez um conjunto de audições; audição à ARSP (Agência de Regulação de Serviços Públicos), audição da UACS (União de Associações do Comércio e Serviços), audição da Confederação Portuguesa das micro e pequenas e médias empresas, audição da Câmara de Comércio e Indústria portuguesa, audição da Associação de dinamização da Baixa Pombalina, audição da Ordem dos Contabilistas Certificados e a audição do Senhor Vereador Miguel Gaspar.

----- Na sequência destas audições discutiu muito internamente as dificuldades apresentadas por cada uma destas entidades e decidiu apresentar um conjunto de recomendações. -----

----- A 2ª Comissão entendeu que estas audições foram muito esclarecedoras para compreender através de associações que representam o tecido económico da cidade, os desafios que enfrentam os agentes económicos face à pandemia.-----

----- Todas as preocupações conclusões e sugestões foram acolhidas, a Comissão achou pertinente por consenso, enumerar o conjunto recomendações à Câmara de Lisboa. -----

----- Eu gostaria de sublinhar que as recomendações que irei anunciar são aquelas que reuniam consenso e destacado o imenso trabalho conciliador que a 2ª Comissão procurou ter e em que trabalhámos sobre tudo aquilo que nos unia e não sobre aquilo em que divergíamos e, portanto, por consenso, apresentámos as seguintes recomendações: -----

----- - Reconsideração, nos apoios à atividade, de empresas não classificadas como essenciais, mas que, por causa do confinamento, vejam a sua atividade completamente estagnada; -----

----- - Reanálise da situação das micro e pequenas empresas e dos empresários em nome individual com sede fiscal fora da cidade de Lisboa; -----

----- - Consideração do alargamento dos apoios municipais aos sócios-gerentes e os empresários em nome individual, com e sem trabalhadores, pois são os mais desprotegidos; -----

----- - Não discriminação no acesso aos apoios das empresas que legalmente estejam abrangidas pelo regime simplificado de tributação, nem consoante o seu tipo societário; -----

----- - Inclusão no Lisboa Protege de setores de atividade como costureiras, confeção, arranjos ou lojas de noivas;-----

----- - Criação no Município de Lisboa, em articulação com as associações, se necessário, de um Gabinete de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas para ajuda nos apoios, na digitalização e acessibilidade às vendas online;-----

----- - Informação atempada aos feirantes de qual o critério e o montante das isenções de taxas municipais no ano de 2021;-----

----- - Não obstante a autonomia de cada autarquia local, maior articulação entre as Juntas de Freguesia no sentido da existência de um critério mais uniforme na isenção das taxas;-----

----- - Agilização do processo de obtenção da assinatura digital dos empresários para efeitos de candidatura aos apoios à atividade, ou substituição dessa formalidade por outra mais expedita;-----

----- - Revisão da obrigatoriedade de que as candidaturas aos apoios tenham de ser apresentadas por um contabilista certificado;-----

----- - Equiparação da cessão em exploração ao arrendamento comercial, para efeitos de apoios;-----

----- - Apoio ao pagamento dos custos fixos (eletricidade, água, comunicações...) que as empresas continuam a ter de suportar mesmo estando fechadas;-----

----- - Na zona da Baixa-Chiado, pela sua baixa densidade populacional e pela sua alta dependência do turismo, reconsideração, quer pelos órgãos do Estado quer pelos da Câmara Municipal de Lisboa e Juntas de Freguesia, dos apoios extraordinários que têm sido e continuam a ser criados à economia do país e/ou da cidade;-----

----- - Repensar-se o repovoamento sustentável da zona da Baixa, para minimizar a sua dependência do turismo, sob pena de muitas lojas fecharem a muito curto prazo;---

----- - Aumento dos apoios a fundo perdido, bem como no seu âmbito e extensão no tempo, uma vez que a pandemia ainda vai durar e quando a retoma começar também começam o pagamento das moratórias;-----

----- - Desburocratização em tudo e resolução rápida dos problemas dos incumprimentos;-----

----- - Apoio à contratação de contabilistas para as Associações e Juntas de Freguesia que queiram abrir gabinetes de apoio ao empresário e no apoio à elaboração do IRS;---

----- - Ponderação da isenção de taxas e de impostos municipais para empresas com atividade no setor do turismo durante um ano;-----

----- Decisão de, numa ótica de apoio à retoma e a pensar no futuro:-----

----- - Promover Lisboa através do programa Investe Lisboa de uma forma mais alargada com a Área Metropolitana de Lisboa;-----

----- - Reativar o Lisbon Business Connections;-----

----- - Potenciar Lisboa como uma cidade criativa, com bons quadros nas áreas de engenharias e tecnologias, para captar grandes multinacionais;-----

----- - Potenciar Lisboa como uma cidade apta a captar grandes eventos, através da criação de um Centro de congressos com capacidade de pelo menos 20 mil pessoas e investir na tecnologia 5G como forma diferenciadora das cidades concorrentes;-----

----- - Criar formas de atração dos Lisboetas à Baixa, designadamente através de um programa de articulação de aspetos patrimoniais, históricos e culturais como a moda, comércio, os cafés ou as lojas com história e associá-los a formas de transporte revitalizadas como os elétricos.-----

----- Também por consenso, decidiu a Comissão, de entre as preocupações e sugestões recolhidas, recomendar à Câmara que sensibilize o Governo:-----

----- Ao alargamento do apoio às rendas, em valor e em critérios de elegibilidade, como por exemplo os serviços de exploração, para não deixar muitas micro e pequenas empresas de fora;-----

----- Alargamento da moratória de pagamento das rendas comerciais em atraso, por forma a evitar a rescisão unilateral por parte dos senhorios;-----

----- Aumento dos apoios a fundo perdido, bem como o seu âmbito e extensão no tempo, uma vez que a pandemia ainda vai durar e quando a retoma começar também começam o pagamento das moratórias;-----

----- Estabelecimento de linhas de crédito destinadas a cobrir custos fixos;-----

----- Alargamento dos apoios a fundo perdido, moratórias e outros créditos bancários por mais dois ou três anos a taxas de juro reduzidas e estáveis;-----

----- Consideração de novos mecanismos de apoio aos Sócios-Gerentes e aos ENI's sem trabalhadores, pois são aqueles que estão mais desprotegidos;-----

----- Por último, desburocratizar os processos de candidatura aos programas de apoio, tornando-os mais simples e mais céleres.-----

----- Muito obrigado, peço desculpa pela apresentação exaustiva, mas o trabalho da 2ª Comissão, também, foi muito exaustiva.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Peço ao António Avelãs que dê a palavra aos inscritos.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Para este ponto testão inscritos os senhores deputados: José Inácio Faria, Aline Beuvink, Cláudia Madeira, Fernando Correia, Rui Paulo Figueiredo, Maria Luísa Alvim, Isabel Pires, José Alberto Franco e Rui Costa, se há alguma falha façam favor de indicar!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Miguel Santos, Senhor Secretario.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo de Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “E Rodrigo de Mello Gonçalves, Senhor Secretário.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Obrigado.-----



----- Tem a palavra o Senhor Deputado do MPT, José Inácio Faria e prepara Aline Beuvink.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidentes há qualquer coisa que se está a passar com o serviço, porque eu já mudei para o meu telemóvel e continuo a ter o acesso bloqueado?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu estou a ouvi-lo perfeitamente, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu agora estou no meu telemóvel, Senhor Presidente, já nem estou no computador!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas pode intervir, Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado.” -----

----- Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Caros colegas, Público presente. -----

----- O Partido da Terra gostaria de destacar, dentre as recomendações da 2.<sup>a</sup> Comissão Permanente à Câmara de Lisboa, em resultado do 1.<sup>o</sup> Relatório de Acompanhamento da Situação Económica da Cidade de Lisboa, dois pontos que nos parecem de particular importância pelo facto de irem além dos paliativos de curto prazo – certamente vitais para fazer face à dramática situação de emergência económica e social que Lisboa vive - e implicarem uma alteração estrutural no planeamento e na forma de “pensar a cidade” a médio e longo prazo, tornando-a atractiva para quem a visita, mas não relegando para segundo plano quem nela vive e trabalha. -----

----- Referimo-nos, em concreto, ao ponto décimo quarto sobre a necessidade de ser pensado um repovoamento sustentável da zona da Baixa, medida esta que, convém lembrar era um dos eixos dinamizadores de há dez anos atrás prevista no Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina de 2011, para minimizar a dependência do turismo, articulado com o ponto 19.5 que refere a criação de formas de atração dos lisboetas à Baixa. -----

----- Caros colegas, se em épocas anteriores a diversidade da vida urbana em Lisboa se concentrava nesta zona da Baixa, e o Chiado era um eixo central da cidade, do ponto de vista cultural, actualmente estas zonas sofreram o esvaziamento da sua população residente, a diminuição dos serviços e a asfixia do comércio tradicional e histórico, tantas vezes substituído por franquias de marcas internacionais. -----

----- Acreditamos no Partido da Terra que a aposta deste Executivo na monocultura do turismo de massas – cujos impactos na cidade foram debatidos em 2018 nesta Casa por iniciativa do Partido da Terra - e o atraso na criação do regulamento para o

Alojamento Local agravaram este cenário que hoje, em plena pandemia, para quem calcorreia as ruas da Baixa ou sobe o Chiado pode facilmente perceber que, de facto, o problema da cidade não era ter turistas a mais, como sempre disse o Presidente Fernando Medina, mas sim outras actividades a menos, muito menos, como é o caso do turismo sustentável a nível ambiental, económico e social; o comércio de proximidade; a reabilitação sustentável do parque edificado; o arrendamento municipal a preços controlados; os apoios ao empreendedorismo e aposta na intergeracionalidade, tudo áreas ou sectores a menos na Cidade de Lisboa!-----

----- A este propósito, gostaria de relembrar as palavras do Senhor Presidente da Câmara quando referiu, no balanço que fez da primeira fase do Programa Lisboa Protege, que era preciso e passo a citar “*salvar o músculo económico, social, anímico desta cidade, para termos esse músculo quando tivermos a recuperação e a abertura do país*”, fim de citação, mas aqui gostaria de lhe dizer que se não for implementado um modelo de gestão eficaz da cidade, e desta zona em particular, assente numa ocupação diversificada dos seus territórios em termos das suas características sociais, funcionais, económicas e culturais, as medidas excepcionais de apoio serão sempre tardias e insuficientes e pouco restará para salvar quando essa tão desejada recuperação acabar por chegar!-----

----- Muito Obrigado!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do PPM, Aline Beuvink e prepara Fernando Correia.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Aline Beuvink (PPM)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção na qualidade de relatora:-----

----- “Cumprimento todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, boa tarde.-----

----- Apreciamos neste terceiro ponto da ordem de trabalhos a recomendação 139/01 (2ª CP), sobre o 1º Relatório de Acompanhamento da Situação Económica da Cidade de Lisboa. O PPM apesar de não estar representado diretamente nesta comissão, como é sabido, não prescinde do direito de apreciá-la aqui em sede de plenário pelo que o fá-lo-ei seguidamente.-----

----- Começando por saudar o trabalho realizado por esta comissão, em particular os deputados municipais relatores, a deputada relatora final e naturalmente o Presidente da 2ª Comissão.-----

----- Trata-se de um trabalho bastante exaustivo de auscultação e levantamento junto de várias associações, confederações, a câmara de comércio e indústria Portuguesas e a ordem dos contabilistas certificados num exercício de salutar escuta ativa destas importantes instituições da cidade e endereçamento das suas preocupações para quem de direito.-----

----- Nesta recomendação em particular optou esta Comissão por separar em 2 grupos: as recomendações diretamente dirigidas e as recomendações para o município sensibilizar a Câmara. -----

----- Resulta, no entanto, que apenas constam vertidos neste documento as propostas consensualizadas pelos elementos da comissão e respetivas forças partidárias, ou seja, apesar, de apreciarmos genericamente o trabalho apresentado ao invés da opinião da maioria, vingou o critério do consenso sendo que não diminuindo a qualidade do conjunto de recomendações apresentadas, não corresponde a um documento que verta a totalidade das posições e as preocupações de todas as entidades ouvidas. Apenas as consensualizadas! -----

----- Ainda assim o resultado é meritório e contundente, consubstanciado em 19 recomendações para a Câmara Municipal de Lisboa e 7 para o governo. É aliás pertinente o timing da sua apresentação e discussão, uma vez que algumas delas se dirigem ao programa Lisboa protege, e como não semana passada todos nós ouvimos, em conferência de imprensa, na voz do Senhor Presidente estar prevista em breve a apresentação da 3ª fase deste programa esperemos sinceramente que estas recomendações sejam acolhidas em tempo pelo município valorizando ainda mais o trabalho desta Comissão. -----

----- Ressalva ainda que desta conferência de imprensa que a chamada “folga” decorrente da decisão sobre o processo de indemnização à Bragaparc de um valor de quase 240 milhões de euros, por agora, pouco sobrarão depois de o mesmo Senhor Presidente ter anunciando um impacto de cerca de 200 milhões com o combate à pandemia. Assim sendo os recursos escassos deverão ser canalizados para as necessidades efetivas do tecido empresarial da cidade, sobre pena dos mesmos estarem a ser mal direcionados e perdidos, portanto. -----

----- Lisboa precisa de ouvir todos para preparar uma reconstrução necessária de uma cidade que precisa de renascer e preparar os novos tempos que se avizinham. -----

----- Por ora, resta-me saudar o trabalho aqui apresentado nesta proposta que iremos naturalmente votar favoravelmente. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PCP, Fernando Correia e prepara Rui Paulo Figueiredo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fernando Correia (PCP-IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Secretário, boa tarde a todos. -----

----- Este relatório veio na sequência de uma ronda de audições de diversas associações representativas no tecido económico, como já foi referido pela Deputada Relatora final, realizadas pela 2ª Comissão no âmbito da situação económica na cidade de Lisboa e as recomendações à Câmara foram consensualizadas por todas as forças políticas e também já foi dito. -----

----- O PCP considera que o documento que está hoje em apreciação nesta Assembleia é um contributo muito positivo pela informação recolhida sobre a recessão provocada pela pandemia na cidade e pelas recomendações que faz a Câmara no sentido de melhorar a atribuição de apoios no âmbito do Programa Lisboa protege mais”.-----

----- Sabemos que, e as audições também o vieram confirmar que as micro e pequenas empresas e os empresários em nome individual, são dos mais afetados do tecido económico da cidade, com situações de pobreza e de risco de encerramento da atividade particularmente no pequeno comércio de bairro e na restauração. -----

----- Por isso e não menosprezar pelo conjunto das recomendações, o PCP considera que a Câmara deve:-----

----- - Aprofundar o alargamento dos apoios aos sócios gerentes e os empresários em nome individual com e sem trabalhadores, pois são os mais desprotegidos;-----

----- - A reanálise da situação das micro e pequenas empresas e dos empresários em nome individual com sede fiscal fora da cidade de Lisboa, designadamente aquelas situações nos mercados do município;-----

----- - A não discriminação no acesso aos apoios das empresas que legalmente estejam abrangidas pelo regime simplificado de tributação; -----

----- - O reforço da divulgação dos apoios disponíveis e o reforço de apoio à candidatura dos mesmos; -----

----- - O aumento dos apoios a fundo perdido, bem como, o seu âmbito e extensão no tempo, uma vez que a pandemia ainda vai durar e quando a retoma começar também começa do pagamento das moratórias. -----

----- Como já aqui dissemos o acesso aos apoios existem desigualdades entre aqueles que já estão familiarizados com estes processos de candidatura com estruturas de empresas e negócios organizados, em detrimento dos outros que nunca se viram confrontados com estas situações, pelo que insistimos que estes apoios devem ser ainda mais amplamente divulgados, se possível junto dos interessados recorrendo ao apoio as juntas de freguesia pela proximidade e conhecimento do território, que ninguém fique para trás, porque isso traduzir-se-ia no tecido socioeconómico da cidade mais empobrecida. -----

----- Tenho dito!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Obrigado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PS, Rui Paulo Figueiredo e prepara Maria Luísa Aldim.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. -----

----- Saudar o Senhor Presidente, membros da Mesa, Senhoras e Senhores Deputado, Senhoras e Senhores Vereadores. -----

----- Nós debatemos hoje como tem vindo a ser dito a economia da cidade, um dos apoios municipais no quadro da pandemia e da recessão que a todos nos afeta e como sempre este é um tema muito relevante para os lisboetas. -----

----- Eu queria começar por elogiar a Deputada Carla Madeira englobando, naturalmente, todos os membros da 2ª Comissão e deputados relatores nesse elogio, foi um trabalho exigente de procurar sistematizar e consensualizar muitas daquelas propostas e eu acho que a Deputada Carla Madeira, o fez muito bem, em linha com a excelência como costuma emprestar ao exercício das suas funções autárquicas e a colaboração dos senhores deputados foi também muito relevante e eu particulares escolho sempre valorizar aquilo que nos une e tudo aquilo que nos divide e foi essa a opção na Comissão. -----

----- Queria elogiar também elogiar o Vereador Miguel Gaspar, englobando, nesse elogio, as forças políticas representadas na Câmara e muitas especial o Presidente Fernando Medina, isto porque das audições também resultou muito claro que existe uma disponibilidade total da Câmara Municipal para ouvir essas associações, para ter um contacto muito próximo com todas elas, mas, ao mesmo tempo para um diálogo no sustentado e que dê frutos, que não se limita apenas ouvir, mas que dialoga sobre os conteúdos que está permanentemente com disponibilidade para ajustar medidas para aperfeiçoar o “Lisboa protege”, para alargar o seu âmbito, para reforçar os apoios municipais. As propostas políticas que têm vindo a ser apresentadas e que certamente continuarão a ser apresentadas bebem muito desta disponibilidade permanente. -----

----- E é uma imagem de marca senhoras e senhores deputados, Senhor Presidente, que fica desta gestão do município, destas gestão liderada pelo Fernando Medina, é uma marca desta gestão do presente e do futuro.-----

----- Mas além da forma que em política é muito relevante, importa a materialidade de “Lisboa protege” e aí Lisboa destaca-se a todos os níveis como já por várias vezes, dissemos e estas audições também comprovaram. O “Lisboa protege” é o melhor e o maior programa de apoio à economia lançado por um município. É o maior programa em termos de valor absoluto. É o maior programa em valor per capita e o melhor programa em termos de abrangência de áreas e setores na simplicidade, em burocracia que tem menos que muitos outros programas, também fruto da forma de diálogo, do consenso e essa é a melhor forma de fazer política. -----

----- E quero terminar, Senhor Presidente, naturalmente, a compreensão da senhora, secretária, senhoras e senhores deputados para referir que é também por isso que o Partido Socialista quer estar em linha com esta política de futuro e que suportamos estas propostas, esta linha de ação. Linha de ação de permanentemente ouvir, dialogar, procurar aperfeiçoar e procurar melhorar, nunca nos dando por satisfeitos com o passado ao presente, mesmos, sendo um passado muito bom, um presente muito bom e é, mas procurando dar cada vez melhor futuro aos lisboetas. -----

----- E termino referindo que é por isso que votamos a favor destas recomendações, porque são propostas que estimulam a reflexão da Câmara, o pensamento de tudo fazer para melhorar este programa, porque o PS e Fernando Medina tem sempre a ambição de procurar fazer mais e melhor. Este é o melhor programa, é o programa

mais ambicioso que existe no país, mas nós estaremos sempre disponíveis para procurar aperfeiçoá-lo, para o procurar melhorar. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do CDS, Maria Luísa Aldim e prepara Isabel Pires.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Maria Luísa Aldim (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhores Vereadores, Caros Deputados, Público presente neste modelo digital muito boa tarde a todos. -----

----- No âmbito da discussão aqui do ponto, este relatório e deste primeiro balanço, que a 2ª Comissão aqui nos traz, gostava de salientar que é o momento para agradecer. É o momento para agradecer a todas as entidades colaboraram com a 2ª Comissão neste caso a ARSP (Agência de Regulação de Serviços Públicos), a UACS (União de Associações do Comércio e Serviços), a CPMPME (Confederação Portuguesa das micro e pequenas e médias empresas), a CCIP (Câmara de Comércio e Indústria portuguesa), a Associação de dinamização da Baixa Pombalina e a Ordem dos Contabilistas Certificados. -----

----- Um agradecimento também em particular aos deputados e as forças políticas no fundo, o que se uniram para o que eu diria um exemplar trabalho autárquico para tentar chegar a entendimento e conseguir apresentar a este em plenário, aquilo que são as propostas consensuais para um melhor entendimento do caminho e no futuro económico da nossa cidade. Um agradecimento particular também a Carla Madeira que fez um esforço enorme para conseguir agregar aqui todas as informações e que esteve sempre disponível para receber as propostas de todas as forças partidárias e, portanto, que no fundo, queria dar aqui um apreço e um agradecimento particular. -----

----- Eu diria que com estas audições podemos dizer que foram um abre olhos para muitos deputados, que nos ajudaram a conhecer a realidade do tecido económico e no tecido social da nossa sociedade, no contexto desta pandemia tão difícil para tanta gente. Foi um abre olhos como disse para muitos, foi um banho de realidade face às dificuldades que muitas pessoas estão a sentir muitas vezes até pela primeira vez e que se sentem desamparadas e que não sabem como reagir com aquilo que virá a ser os tempos futuros. -----

----- Mas é também um momento de reconhecer que os apoios, todos aqueles que têm sido providenciados quer o Governo, mas também pela cidade de Lisboa são claramente insuficientes e isto é algo que o CDS tem vindo a dizer desde o início da pandemia, que aquilo que estava a ser previsto pela Câmara Municipal de Lisboa estava a dar, iria ser naturalmente necessário, iria ser mais do que aprovado pelo CDS, mas evidentemente que era insuficiente. -----

----- Esta pandemia tem, no fundo, um impacto na sobrevivência num conjunto de setores, mas também acelerou muitas alterações para o futuro, com impacto na economia que nós não podemos ignorar, é o caso, por exemplo, do teletrabalho que mesmo deixando em breve vir a ser obrigatório, certamente, terá aqui um impacto grande no consumo na cidade de Lisboa, na restauração, no comércio, mas também na procura do imobiliário quer para a habitação quer para os espaços de escritórios e nas áreas comerciais. -----

----- O mesmo acontecerá no turismo, o mesmo acontecerá, certamente, num conjunto de outras áreas e de outros setores e, por isso aquilo que nós queremos salvaguardar no âmbito deste balanço que está aqui a ser feito e que este relatório nos mostra, é que é urgente identificar os novos desafios da cidade de Lisboa para que continuemos a ser atrativos quer para viver quer para trabalhar, é necessário rever a estratégia económica da cidade para estar à altura e conseguir responder ao que as entidades económicas precisam para vingar. -----

----- Só uma breve nota, aquilo que nós entendemos que é preciso desenvolver uma nova estratégia económica para a cidade e é necessário e urgente continuar alargar os apoios que têm sido dados. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, Isabel Pires e prepara José Alberto Franco.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Secretário e cumprimentar novamente todos e todas. -----

----- Em primeiro lugar, gostaríamos de deixar uma palavra de reconhecimento pelo trabalho que toda a 2ª Comissão tem feito nestas audições, que ainda se mantém, ainda se vão manter de mais entidades relativamente ao impacto que a pandemia está a ter na cidade do ponto de vista económico, mas também social. -----

----- Tem sido como já foi dito por alguns e algumas antes de mim, um trabalho muito importante para conhecer melhor a realidade, não só do tecido económico e empresarial da cidade de Lisboa, mas também nesta nova fase em que estamos, já depois deste relatório iniciámos já uma nova fase de audições, também, de qual é que é a realidade dos trabalhadores na cidade de Lisboa, e tem-nos permitido perceber e acompanhado mais ou menos à medida que vão sendo implementadas, as medidas de apoio na cidade de Lisboa. -----

----- Percebe-se que programas como o “Lisboa protege” e em especial o “Lisboa protege”, tiveram um impacto bastante positivo, genericamente falando, bastante positivo na cidade de Lisboa e contrariamente a muitos outros apoios semelhantes do Governo e que não conseguiram chegar ainda aos locais, o “Lisboa protege”, pelo menos, tem essa vantagem relativamente aos outros e também percebemos que existe

abertura por parte do Executivo para trabalhar e aprofundar essas mesmas medidas de apoio por forma a responder aos problemas identificados. -----

----- Alguns dos problemas identificados à medida que fomos fazendo o trabalho de audições foram até sendo resolvidos ou outros ainda não e, portanto, estão também nas recomendações que a Comissão chegou. É verdade, são muitas recomendações, mas são aquelas que foram identificadas pelas entidades ouvidas e em conjunto depois aquelas também que, ao mesmo tempo são consensuais dentro dos grupos municipais que estão na 2ª Comissão e eu acho que esse trabalho também é de louvar, porque permite à própria Assembleia Municipal e pela apresentação que fazemos ao plenário da Assembleia Municipal, um acompanhamento por todos e por todas destas audições, das recomendações que têm saído dessas audições e da forma como podemos em conjunto, encontrar as melhores soluções para a cidade de Lisboa do ponto de vista económico. -----

----- Ainda algumas matérias que terão que ser trabalhadas, por exemplo, sobre a questão das rendas no que toca ao Mercado, nomeadamente, da Ribeira, mas também com algumas outras matérias relacionadas com empresários em nome individual, sócios-gerentes e, portanto, à medida que se vai avançando na própria pandemia, digamos assim, e na resposta à pandemia também se vai percebendo que é necessário melhorar. -----

----- E, portanto, é esse trabalho que este relatório tem, é este o trabalho também que as recomendações pretendem fazer e para que de futuro teremos mais relatórios e mais recomendações que a 2ª Comissão fará chegar aqui à Assembleia Municipal que irão avaliar novos problemas e irão ser encontradas novas soluções. -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do José Alberto Franco, e prepara Rui Costa.” -

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Alberto Franco (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado. -----

----- Saúdo a Mesa na pessoa do Senhor Presidente e os Senhores Secretários. -----

----- Queria em primeiro lugar sobre pena de repetir um pouco o que os outros colegas membros da 2ª Comissão já o disseram, mas, portanto, exprimir a minha satisfação pela maneira como o trabalho desta Comissão se desenvolveu sobre presidência do nosso Presidente Rui Paulo Figueiredo e com a secretária relatora global foi a colega Carla Madeira, portanto, o trabalho, de facto, foi na minha opinião correu da melhor forma e eu já estou há mais de 10 anos nesta Assembleia, registo que raramente se vê um trabalho em Comissão com estes espírito construtivo e propositivo que conseguimos obter neste trabalho. -----

----- Como já foi dito também pela Comissão, as dezanove recomendações à Câmara, e as sete recomendações que propomos que a Câmara procure sensibilizar o Governo, são aquelas que efetivamente nos pareceram globalmente oportunas e corretas. -----



----- O comentário da nossa colega Aline Beuvink, de que é pena que não estejam lá todas as observações e propostas que foram feitas, claro, não estão na parte conclusiva, mas elas estão para quem se deu ao trabalho de ler um extensíssimo relatório que não podemos resolver mais, que descreve as intervenções das várias associações e outras entidades ouvidas, elas estão lá. -----

----- A Senhora Deputada Simonetta Luz Afonso, aliás, manifestou-se preocupada, porque as associações que foram ouvidas, algumas podiam não se ver refletidas as suas preocupações nas redações finais e que nós combinámos que, no dia de hoje seria reconhecido e explicado que não houve menor apreço por estas contribuições só que efetivamente nós não somos aqui uma estrutura confederativa de associações, nem somos uma mera caixa-de-ressonância, nós avaliámos e equacionámos como recomendações, aquelas que pareceram oportunas e corretas. -----

----- Como também já foi informado gostava de insistir que este trabalho no seio da 2ª Comissão não terminou. -----

----- Já fora informado que estamos a ouvir associações sindicais, também o setor profissional do táxi ainda hoje de manhã tivemos mais uma sessão para ouvir uma das várias organizações do setor do táxi e vamos ainda debruçarmo-nos com mais atenção sobre a Baixa Pombalina e já começámos a fazê-lo em relação às atividades de área do desporto em conjunto com a 7ª Comissão. -----

----- Portanto, em resumo é um trabalho, como o nosso Presidente gosta de dizer, *work in progress*, este primeiro relatório julgamos ser uma boa síntese e pedimos o apoio e a aprovação da Assembleia para as conclusões concluídas. -----

----- Muito obrigado!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa e prepara Miguel Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Telegraficamente que o tempo não é muito, exprimir o meu apreço pelo trabalho que a 2ª Comissão tem vindo a desenvolver é um trabalho essencial para a compreensão da realidade, socioeconómica de Lisboa, mas deixar aqui duas observações. -----

----- A primeira é que a Assembleia Municipal não devia recomendar à Câmara que intervisse junto do Governo. A Assembleia Municipal devia apelar diretamente ao Governo, que temos competência para isso, e bem assim, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, é uma coisa a verificar no futuro. -----

----- Em segundo lugar dizer que, de facto, todas as medidas são públicas e a mais importante em Lisboa seria uma revisão da Lei do Arrendamento corrigindo alguns dos efeitos absolutamente nefastos que nos foram trazidos pelas diversas versões do novo Regime do Arrendamento Urbano e é para isso que devíamos ser convocado pela salvaguarda das famílias, do comércio e das instituições desta cidade. -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PAN, Miguel Santos e prepara Rodrigo de Mello Gonçalves. -----

----- Parece que não é possível falar com o Senhor Deputado Miguel Santos, sendo assim, dou a palavra ao Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, faça favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo de Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente, senhores secretários, senhores deputados também muito rápido. -----

----- Para elogiar o trabalho promovido 2ª Comissão que me parece importante nas audições que têm feito as estruturas representativas de vários setores da cidade.-----

----- Como foi dito, as recomendações são consensuais dos Grupos Municipais que estavam presentes nas comissões são várias. -----

----- No caso, revejo-me em algumas, tenho dúvidas noutras, discordo noutras. Razão, pela qual me irei abster na votação deste relatório e dessas recomendações. -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do PAN, Miguel Santos e prepara Deputado Paulo Muacho.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Secretário. -----

----- Tenho aqui alguns problemas técnicos, mas que estou a tentar resolver, peço só um pouco de paciência. -----

----- Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Imprensa, público em geral. -----

----- Estamos perante o relatório bastante completo que mais do que traçar a situação económica da cidade de Lisboa hoje aos olhos de quem a vive, ficará também como o registo histórico de como a pandemia de COVID-19 empacotou sociedade portuguesa neste século XXI. -----

----- Não é a primeira pandemia e não será por certo a última como avisão vários especialistas e cientistas, nestas matérias, pelo que devemos preparar-nos para que um dia outra situação semelhante não afete tão profundamente as pessoas.-----

----- Apesar de ser um relatório do Estado económico da cidade pode facilmente extrapolar-se que é também um retrato do estado económico do país e o lado do estado social e mental das pessoas.-----

----- Claro que a figura de estilo usada há doze meses, o estamos todos no mesmo barco, mostrou não ser bem assim, nem todos foram atingidos da mesma forma e os

que já estavam mais frágeis pelo desemprego ou pela precariedade dos seus postos de trabalho, pela dificuldade em aceder a cuidados de saúde, pela falta de equipamentos que hoje são fundamentais para aceder à escola a distância ou aquecer as casas no inverno, foram mais uma vez ficaram para trás, distanciando-se cada vez mais numa sociedade que se diz digital e tecnologicamente avançada. -----

----- A própria dificuldade em aceder aos serviços básicos de saúde, repartições de finanças e outros serviços públicos num Estado que diz que continua *on*, mas muitas vezes não atende os cidadãos, acentuou o isolamento e o desespero de quem precisa de ajuda. -----

----- Para este relatório contribuíram as audições de muitos representantes das associações profissionais e de atividades económicas que, por detrás de cada uma delas estão pessoas, estão os rostos de quem nelas trabalha ou trabalhava, bem como, dos seus agregados familiares, é comum ouvir sobre as dificuldades de se aceder aos apoios sejam da Administração Central sejam Municipais, pela constante alteração de procedimentos de quem tem direito a quê, pelos prazos e burocracias tão característicos que acabam algumas vezes por levar de quem deles precisar a desistir.--

----- Decorridos doze meses desde do início da pandemia e da declaração do estado de emergência e com muitos conhecimentos que entretanto adquirimos sobre os riscos e as cauções individuais e coletivas que devemos ter para nos proteger, continuam a faltar gabinete de apoio que orientem as pessoas caso a caso, sobre aquilo que é melhor no seu caso concreto.-----

----- Muitas famílias ainda têm, neste momento, uma folga de esperança enquanto durarem as moratórias dos empréstimos, mas o tempo está a esgotar-se e o regresso ao trabalho e à velha normalidade pode não ocorrer tão depressa como inicialmente se previa, apesar da luz de esperança que a vacinação traz a Europa e portanto, Portugal. -

----- Mas no caso concreto de Lisboa, que recebi várias vezes mais pessoas de fora do que tem de residentes, seja por quem aqui trabalham ou estudam, seja porque nos visitam nacionais e estrangeiros. Não dependemos apenas de nós, dependemos de todo um contexto externo que não conseguimos prever ou antever. Vamos continuar com programas como o “Lisboa protege”, mas que alguns continuam a considerar que podia ser mais abrangentes, que os profissionais de serviços não encaixa no perfil dos vários apoios disponibilizados e depois não podemos pensar a cidade como uma ilha, mas como centro dessa grande região que é a Área Metropolitana de Lisboa, e que é normal uma pessoa ter a sua sede fiscal num concelho vizinho e prestar serviços cá ou vice-versa.-----

----- Também as micro e pequenas empresas são muitas vezes constituídas dentro do agregado familiar, criadas muitas vezes no tempo em que foi necessário auto empregar-se depois do desemprego prolongado numa tentativa de sobrevivência e esperança num futuro melhor e a velha questão dos sócios gerentes e discriminação que a Lei lhes impõe, quando muitas vezes, são eles que ficam para trás pagando todos os compromissos assumidos não lhes restando ao fim do mês para a sua própria sobrevivência. Sobretudo quando não é fácil entender, porque em alguns bens e

serviços tão semelhantes entre si, uns foram considerados de primeira necessidade e outros não, impondo dificuldades acrescidas e incertezas. -----

----- Por fim lembrar que não se pode falar em situação económica sem lembrar a situação social e as dificuldades acrescidas das pessoas em situação de sem-abrigo que tinham um restaurante de bairro, ondes as pessoas que encontravam na rua uma esperança diária de sobrevivência. Mesmo com ajudas extraordinárias, como refeições sociais e locais de pernoita as suas vidas também ficaram ainda mais incertas e difíceis. -----

----- Eu terminarei dizendo que iremos obviamente a votar favoravelmente as recomendações que foram aprovadas e serão também aprovadas pelo PAN.-----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado do Paulo Muacho.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Muito boa tarde a todos os senhores deputados e senhores vereadores. -----

----- Em primeiro lugar, agradecer este trabalho bastante exaustivo que a 2ª Comissão fez e agradecer também aos senhores deputados que estiveram envolvidos na redação deste documento que nós vamos, naturalmente, votar favoravelmente todas estas recomendações. -----

----- Não podemos, no entanto, deixar de notar que elas representam, precisamente, uma demonstração das várias falhas e das várias melhorias que é necessário ainda introduzir neste sistema, ainda há muita gente que necessita de apoios e não consegue aceder ao apoios, seja por questões técnicas regulamentar seja por questões burocráticas e, portanto, como temos dito um apoio universal que chegasse a todas as pessoas que necessitam seria preferível, mas, naturalmente, sendo este aqui também o método que a Câmara Municipal escolheu, preferimos a melhoria do sistema. -----

----- Também concordamos com aquilo que já vários deputados referiram, que o primeiro responsável por esta necessidade de apoio à economia e às famílias devia ser o Governo e os apoios do Governo tem falhado! -----

----- Não podemos também e, só para terminar, não podemos também deixar de notar a ausência da inserção no documento da dimensão europeia, seria também interessante que se fizessem recomendações, diretamente à União Europeia relativamente a apoios aos Estados membros e a apoios, também, que pudessem chegar às cidades e às autarquias. -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Presidente, não tenho mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte pergunta:-----

----- “A Câmara não quer usar da palavra?” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu gostaria, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Faça favor!” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado antes de mais gostaria de pedir desculpa ao Senhor Deputado, porque não vou ligar a câmara, porque estou na rua, onde tive oportunidade de vou ouvir, mas não tenho tido condições para ligar o vídeo. -----

----- Senhor Presidente dizer o seguinte, antes de mais agradecer o esforço que foi feito na Comissão para se chegar a estas conclusões, acho que a Assembleia trabalhou numa forma como temos vindo a conseguir trabalhar na Câmara, de grande consenso e de equilíbrio das propostas alinhados naquilo que é a defesa dos interesses de Lisboa.-----

----- Também agradecer o trabalho dos todos os trabalhadores do Município de Lisboa, todos tiveram que superar para conseguimos em tempo útil ter aquele que é um dos maiores, um dos maiores, não, é mesmo o maior programa municipal de apoio à economia e que conseguimos, de facto, chegar às empresas com uma grande simplicidade, tem sido notado quer a ARSP, quer a USCS e por todas estas entidades, com quem temos vindo a falar, a simplicidade do nosso programa. -----

----- E, também dizer, desde já que boa parte das recomendações que os senhores deputados tiveram oportunidade, também, de me passar da audição, muitas já estavam incorporadas naquilo que foi esta segunda geração do “Lisboa protege”.-----

----- Destacar também aqui a importância daquilo que já foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara, nós vamos avaliar o que é que a situação da cidade de Lisboa com fim desta fase do “Lisboa protege”, estando disponível para avançar com uma terceira, naquilo que for a dimensão necessária. -----

----- E é aqui Senhor Presidente, que eu acho que é importante dizer o seguinte: nós não teremos uma cidade no futuro, se não tivermos uma cidade no presente e estes apoios que a Câmara está a dar hoje, que está a permitir a muitos comerciantes de uma cidade que está a viver esta crise de uma forma profundamente assimétrica, porque os bairros também são simétricos e onde conseguimos chegar a quem mais precisa hoje para manter o seu negócio, os seus postos de trabalho, a sua loja ou o seu negócio é a base também do futuro da cidade de Lisboa, porque sem cá estar hoje não teremos futuro na cidade de Lisboa.-----

----- Há claro outros trabalhos a fazer, que é o trabalho de forte articulação com os agentes económicos da cidade de relançamento da cidade é isso que estamos a fazer no setor do turismo e é isso que estamos a fazer em vários setores aonde pandemia

afetou mais a economia e mais postos de trabalho na cidade de Lisboa, para estamos também prontos a ser uma cidade que estar na linha da frente da Europa, naquilo que é a recuperação desta pandemia.-----

----- Mas para conseguirmos recuperar, temos que superar esta dificuldade, temos que apoiar a economia, temos que vacinar, temos que salvaguardar os nossos cidadãos para que os confinamentos não existam mais desejavelmente e conseguimos superar a situação sanitária e manter vivo o tecido económico da cidade de Lisboa, o que se é possível com o apoio de todos, da Câmara de Lisboa, dos senhores presidentes de junta, de todo aquele estão envolvidos. Mas também e principalmente com todos aqueles que têm o seu negócio na cidade que investiram na cidade e que dedicaram sua vida à cidade de Lisboa.-----

----- Agradecer os contributos da Assembleia, Senhor Presidente e as recomendações, reconheço que a 21ª sai um bocadinho fora das outras vinte, acho que já se está ali a discutir outra coisa, mas, apesar de tudo a Câmara toma boa nota daquilo que são as recomendações e, como digo na generalidade, penso que já estamos alinhados naquilo que são recomendações, no que não tivermos a Câmara refletirá e procurará manter este consenso que tem conseguido até agora.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 139/01 (2ª CP)**. Não há votos contra, abstenção do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Recomendação 139/01 (2ª CP)** foi aprovada por **maioria**.-----

----- **4. APRECIACÃO DOS PONTOS 3 E 4 DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA 23/CM/2021 - REVOGAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES N.ºS 67/AM/2013 (PROPOSTA N.º 333/CM/2013), DE 18 DE JUNHO, E 144/AM/2018 (PROPOSTA N.º 105/CM/2018), DE 27 DE MARÇO, E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE ONZE PARCELAS DE TERRENO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, E NO N.º 2 DO ARTIGO 169.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, AMBOS NA ATUAL REDAÇÃO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (A **Proposta 23/CM/2021** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VI** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** fica anexado à presente Ata, como **Anexo VII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos agora ao Ponto 4, pontos 3 e 4 da parte deliberativa da Proposta 23/CM/2021 - Revogação das Deliberações n.ºs 67/AM/2013 (Proposta n.º 333/CM/2013), de 18 de junho, e 144/AM/2018 (Proposta n.º 105/CM/2018), de 27 de março, e afetação ao domínio público municipal de onze parcelas de terreno, nos termos da proposta. -----

----- Relativamente a tudo isto foram distribuídos os erros materiais, eu não sei se a Câmara quer apresentar?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Senhor Presidente, boa tarde a todos, já agora! -----

----- A proposta é muito autoexplicativa, portanto, toda a disponibilidade para qualquer questão, mas ela explica-se a si mesmo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem! -----

----- O Senhor Deputado Relator do parecer da 1ª Comissão, Fábio Sousa quer apresente o relatório?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Fábio Sousa (PCP)**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Nós prescindimos da apresentação, também, muito obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado!-----

----- António Avelãs, não sei se há inscrição?-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Eu tenho apenas uma inscrição do PAN, que não indicou quem vai falar! -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Senhor Deputado Miguel Santos prescinde da palavra. -----

----- Não há mais inscrições.”-----

----- Vamos passar à votação **da Proposta 23/CM/2021**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 23/CM/2021** foi aprovada por **unanimidade**.-----

----- **Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito:-----**

----- **No assunto da proposta, no considerando K), no ponto iii. do considerando l) e no ponto 3 da parte deliberativa: -----**

----- **Onde consta: -----**

----- (...) “144/AM/2018 (Proposta n.º 105/CM/2018),”(…);-----

----- **Deve constar:** -----  
----- (...) “144/AML/2018 (Proposta n.º 105/CM/2018),”(...). -----  
----- **5. APRECIACÃO DA PROPOSTA 24/CM/2021 - ALIENAÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE, EM SUBSOLO, CONSTITUÍDO A FAVOR DA CENTRO COLOMBO – CENTRO COMERCIAL, S.A., POR ESTA À TORRE NORTE, S.A., NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO E DO N.º 2, DO ARTIGO 133.º DO REGULAMENTO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO DO MUNICÍPIO DE LISBOA (RPIML), PUBLICADO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2.ª SÉRIE, N.º 126, 1.º SUPLEMENTO, DE 1 DE JULHO DE 2020 - AVISO N.º 9897-A/2020; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;** -----  
----- (A Proposta 24/CM/2021 fica anexado à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante).-----  
----- (O Parecer da 1ª Comissão Permanente fica anexado à presente Ata, como **Anexo IX** e dela faz parte integrante).-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Vamos agora ao Ponto 5 - Proposta 24/CM/2021 - Alienação do direito de superfície, em subsolo, constituído a favor da CENTRO COLOMBO – CENTRO COMERCIAL, S.A., por esta à TORRE NORTE, S.A., Tem erros materiais que já foram comunicados a correção. -----  
----- Não sei se a Câmara quer apresentar?” -----  
----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Também é então autoexplicativa, Senhor Presidente, que não há necessidade, muito obrigado!” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Pergunto ao relator do parecer da 1ª Comissão, Senhor Deputado Luís Newton, se quer apresentar?-----  
----- A 1ª Comissão quer apresentar o parecer? Não está respondendo.”-----  
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----  
----- “Não tenho inscrições, Presidente.” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- Vamos passar à votação da Proposta 24/CM/2021. Votos contra do BE, Deputado Municipal Independente Rui Costa, abstenção do PCP, PAN, PEV, PPM, Deputados Municipais Independentes: Carlos Teixeira, Paulo Muacho, Raul Santos e Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto



Franco, Miguel Graça e Teresa Craveiro. A **Proposta 24/CM/2021** foi aprovada por maioria. -----

----- **Com a necessária correção do erro material abaixo transcrito:**-----

----- **No considerando a):**-----

----- **Onde consta:**-----

----- (...) “71/AML/2016 (Proposta n.º 805/2015), tomadas, respetivamente, a 23 de dezembro de 2015 e 03 de fevereiro de 2016, e”(…);-----

----- **Deve constar:**-----

----- (...) “71/AML/2016 (Proposta n.º 805/CM/2015), tomadas, respetivamente, a 23 de dezembro de 2015 e 02 de fevereiro de 2016, e”(…).-----

----- **6. APRECIACÃO DA PROPOSTA 26/CM/2021 - RECONHECIMENTO DO INTERESSE MUNICIPAL DOS PROJETOS DO METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E., E A CONSEQUENTE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TODAS AS TAXAS, RELACIONADAS OU CONEXAS, QUE ENVOLVAM OBRA, EM SUBSOLO OU À SUPERFÍCIE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (A **Proposta 26/CM/2021** fica anexado à presente Ata, como **Anexo X** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª Comissão Permanente** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XI** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta 005/DM IND Rui Costa/2021** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos passar à Proposta 26/CM/2021 - Reconhecimento do interesse municipal dos projetos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., e a consequente isenção do pagamento de todas as taxas.-----

----- Não sei se a Câmara quer apresentar a proposta?-----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu penso que ela, também, Senhor Presidente, tem nos seus considerandos e na sua formulação a explicação clara porque é que, uma entidade umbilicalmente ligada ao município de Lisboa e na prossecução do interesse público que é todo o trabalho para manutenção e conservação e construção de novas linhas do metro, do Metropolitano de Lisboa, tenham atenção que merecem do município, neste caso isentando o Metropolitano das taxas daí decorrentes, das taxas municipais.-----

----- Muito obrigado!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Pergunto ao Relator do parecer, Senhor Deputado Manuel Lage, se quer apresentar?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Gostava sim, Senhor Presidente, sucintamente, mas gostava de apresentar o relatório da Comissão!” -----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Faça favor!” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção na qualidade de relator:-----  
----- “Obrigado, Senhor Presidente. -----  
----- A 1ª Comissão, de facto, e como disse o Senhor Vice-presidente analisou, nesta proposta, a proposta 26/CM/2021, cujo parecer, aliás, foi distribuído por duas vezes, tendo em conta um pedido que havia sido feito pelo Senhor Deputado Rui Costa.-----  
----- Esta proposta não só foi apresentada e aprovada em reunião de Câmara por unanimidade, também, em sede de Comissão foi aprovada por unanimidade e tivemos o cuidado de incluir uma nota específica que tem em conta a isenção e o facto de essa isenção não significar e passo a citar: “*não significa, naturalmente, uma renúncia aos direitos históricos do município sobre a empresa Metropolitana de Lisboa, E.P.E.*” ----  
----- E esta foi a nota que foi solicitada e foi acordada entre toda a Comissão de ser colocar no parecer no sentido de ficar muito claro que, pese embora, todos nós concordemos com a necessidade e, como disse o Senhor Vice-presidente, dado tratar-se de uma empresa umbilicalmente ligada ao município e estarmos todos de acordo com as de isenção de taxas das obras que venham a fazer feito por parte do Metropolitano, por cinco anos renovável como consta da proposta. Nós quisemos incluir e fazer esta salvaguarda relativamente a esta isenção, ou seja, esta isenção não significa que há uma renúncia dos direitos históricos do município sobre a empresa. ---  
----- E, portanto, dar nota que houve um segundo envio de parecer aos senhores deputados, uma segunda distribuição porque, houve um lapso e que a isso levou, mas, digamos, este compromisso em incluímos esta questão e esta salvaguarda nos direitos históricos, ela foi colocada no parecer. -----  
----- Senhor Presidente, eu gostava também de usar da palavra e se calhar pedia-lhe já não como Relator, mas, como deputado pela bancada do PS, dando nota relativamente a este ponto?”-----  
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Faça favor!” -----  
----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----  
----- “Obrigado, Senhor Presidente. -----  
----- Só para dar nota de que relativamente este ponto, naturalmente que o PS não é contra aquilo que o Senhor Rui Costa nos entrega aqui hoje, mas não vemos nenhuma mais-valia num voto favorável, tendo em conta que o compromisso assumido em sede

de Comissão foi cumprido. E, portanto, trata-se apenas de colocar, no fundo, a bandeirinha na proposta vencedora, no fundo. -----

----- A proposta da Comissão unanimemente aprovada, que mereceu o voto favorável também do Senhor Deputado Rui Costa, já contempla aquilo que foi pedido, obviamente, que a nós não vamos votar contra a proposta alternativa que o senhor deputado aqui lançou, mas também não votar a favor, não pactuaremos com esta questão de ver quem é que coloca uma bandeira nesta altura do campeonato, porquanto a Comissão deliberou por unanimidade, está salvaguardada a questão foi levantada em sede de Comissão, não nos parece politicamente correto estarmos agora a levantar esta questão, até porque elas já ficou amplamente salvaguardada. -----

----- Fica agora, também, aqui feita a ressalva em plenário, achamos que o ideal seria ser retirada por desnecessária, não levantaremos nenhum obstáculo porque há, naturalmente, uma concordância de princípio. -----

----- Portanto, a nossa abstenção e fica também já foi a nossa declaração do voto por parte do PS. -----

----- Estamos em sintonia com aquilo que foi aprovado, quer em Câmara por unanimidade, quer em Comissão por unanimidade, não nos opomos aquilo que está tratado na proposta alternativa do Deputado Rui Costa que, vem reforçar aquilo que já estava dito pela Comissão que nos parece a nós uma medida de oportunismo político nesta altura do campeonato. -----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Rui Costa, tem direito a defender a sua proposta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção em defesa da honra: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Mas ainda antes de apresentar a proposta usarei da palavra para defesa da honra, porque não admito ao Senhor Deputado Manuel Lage, nem a deputado nenhum esta Assembleia ou deputada, para usarmos de linguagem inclusiva, que me venha chamar oportunista sobre esta matéria, e então relatar os factos como eles são à Assembleia: ---

----- Esta questão que foi colocada na Comissão e o Senhor Deputado Manuel Lage quer roubar a bandeirinha que diz que eu ponho, para ficar com ela ou para ficar com ela na Comissão, porque quem suscitou esta questão na 1ª Comissão fui exatamente eu! -----

----- Portanto, oh, Senhor Deputado, eu percebo que o Senhor precisa de muitas bandeirinhas agora, olhe, eu à partida estou de saída da Assembleia Municipal, o Senhor Deputado precisa mais da bandeirinha, mas olhe, há uma bandeirinha que eu não lhe deixo nas mãos é bandeirinha da proteção dos interesses do município e das suas populações, enquanto aqui estiver e depois daqui saí, porque, aliás, esta questão já levantei enquanto autor de uma ação popular ao tempo da privatização ou da subconcessão da Carris e do Metro. -----

----- Agora, se me quiser dar explicações não sei, Senhor Presidente? -----

----- Se não eu passaria depois a apresentação!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Penso não ser necessário!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quanto à proposta, de facto, foi isto, o relatório que nos foi apresentado não incluía a questão e eu recuperei alguns documentos de outrora e acabei por fazer proposta, depois chegou o relatório em simultâneo com o meu envio da proposta já corrigido e, enfim, o que está mais nunca está a menos!-----

----- E independentemente das nosso posicionamento sobre a exploração do Metro ser natureza municipal, ser de natureza pública, ser de natureza privada e os senhores saberão quais são as minhas preferências nesse campo. Há uma questão importante. O metro foi construído em boa parte no subsolo do Município de Lisboa, no domínio público do município de Lisboa e fazia parte de uma concessão outorgada pelo Município de Lisboa, que foi nacionalizada em 1975, a empresa que explorava, portanto, a Metropolitano e a posição de concedente foi retirada de alguma forma em 2014. -----

----- E, portanto, há aqui um conjunto de direitos históricos que o município tem e dos quais não deve prescindir! E eu lembro os terrenos do Aeroporto da Portela, lembro a situação da Carris e esta, enfim, é uma que fica em carteira.-----

----- Agora votar uma isenção de taxas que é mais que devida e é mais que justa, como é evidente e não salvaguardar ou permitir que daí se possa inferir que o Município renuncie aos seus direitos históricos sobre a concessão e sobre o Metropolitano de Lisboa é que já não podia deixar passar em claro e, portanto, fica à vossa consideração.-----

----- O que está a mais não está a menos e, com certeza, que houve algum lapso dos serviços para não ter vindo o documento relativo aos relatório da 1ª Comissão, mas olhe fico mais descansado! -----

----- Muito obrigado, termino a minha intervenção.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “António Avelã pedia para dar a palavra a quem solicita-se.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Não há inscrições Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 005/DM IND Rui Costa/2021**. Não há votos contra, abstenção do PSD, PPM, Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul

Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 005/DM IND Rui Costa/2021** foi aprovada por **maioria**. -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 26/CM//2021**. Não há votos contra, abstenção do PSD, PPM, Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 26/CM/2021** foi aprovada por **maioria**. -----

----- **7. APRECIACÃO DA PROPOSTA 001/PAML/2021 – REFORMA DA DELIBERAÇÃO N.º 70/AML/2021, NA PARTE QUE RESPEITA AO ARTIGO 4º E AO ARTIGO 5º DO ANEXO I – “PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA E À CULTURA – LISBOA PROTEGE” DA PROPOSTA 20/CM/2021 - MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS DE APOIO NO ÂMBITO DO ALARGAMENTO DOS APOIOS DO PROGRAMA MUNICIPAL “LISBOA PROTEGE”, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ARTIGO 164º DO CÓDIGO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E NA ALÍNEA C) DO ARTIGO 15º DO REGIMENTO; GRELHA BASE – 37 MINUTOS E 30 SEGUNDOS;**-----

----- (A **Proposta 001/PAML/2021** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos passar ao Ponto 7 - Proposta 001/PAML/2021 – Reforma da deliberação n.º 70/AML/2021, na parte que respeita ao artigo 4º e ao artigo 5º do anexo I – “Programa de Apoio à Economia e à Cultura – Lisboa Protege” da Proposta 20/CM/2021 - Medidas extraordinárias de apoio no âmbito do alargamento dos apoios do Programa Municipal “Lisboa protege”.-----

----- Não sei se a Câmara que apresentar?” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente, João Paulo Saraiva**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Penso que a proposta também tem as explicações necessárias e suficientes para que seja resolvida esta questão. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “António Avelã há alguém inscrito?”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Não há inscrições Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação da **Proposta 001/PAML /2021**. Não há votos contra, abstenção do PAN, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM, Deputados(as) Municipais Independentes: António Avelãs, Ana Gaspar, Carlos

Teixeira, Joana Alegre, José Alberto Franco, Miguel Graça, Paulo Muacho, Raul Santos, Rodrigo Mello Gonçalves, Rui Costa e Teresa Craveiro. A **Proposta 001/PAML /2021** foi aprovada por **maioria**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhores Deputados...”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Senhor Presidente é só para pedir ao Senhor Presidente e à Mesa, que veja com os serviços o que é que se passou durante esta reunião, porque tanto eu como o Deputado do PAN tivemos problemas em estar ligados. -----

----- Aliás, se verificar, aparecem aspas tanto na tela do Senhor Deputado Miguel Santos, como na minha apareceu, portanto, é um problema dos serviços e não nosso! --

----- Gostaria que não voltasse a acontecer! -----

----- Obrigado!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos analisar, mas o que os serviços me dizem é que não têm responsabilidade nisso, mas iremos, naturalmente, analisar como os serviços da informática.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio Faria (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Partido da Terra agradece!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada a todos, dou por encerrada a reunião.”-----

----- A sessão terminou, eram dezoito horas. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu \_\_\_\_\_, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----O PRESIDENTE -----